

**FUNDAÇÃO GETULIO VARGAS**  
**ESCOLA DE ADMINISTRAÇÃO DE EMPRESAS DE SÃO PAULO**

**Transformações no Elevado Costa e Silva: Atores e disputas.**

**Programa Institucional de Bolsas de Iniciação Científica (PIBIC).**

**Relatório Final.**

**Orientanda: Mônica Rocabado Mazzolenis de Oliveira**

**Orientadora: Profa. Dra. Miqueli Michetti**

**São Paulo – SP**

**2016**

## **AGRADECIMENTOS**

Agradeço a todos que se envolveram e tornaram possível a realização dessa pesquisa, que após um ano de árduo trabalho se concretizou neste PIBIC, desta forma, agradeço especialmente a:

GVpesquisa por acreditar na importância desta pesquisa para um melhor entendimento da realidade e me apoiar através do fornecimento da bolsa, em especial, agradecer a Isolete Rogeski Barradas pelo comprometimento com os alunos.

A professora Dr. Miqueli Michetti pela orientação e inspiração para realização deste PIBIC, pois a partir da disciplina “Sociedade e Cultura no Mundo Contemporâneo”, que lecionou 2º semestre de Administração Pública, despertou-me o interesse em aprofundar na temática urbana e compreender melhor os processos de produção da cidade, que após essa pesquisa somente aumentou minha vontade em continuar me aprofundando no tema. Muito obrigada por me inspirar, motivar e dedicar o seu tempo para me ajudar durante o processo. Sua orientação possibilitou a abertura a novos autores, novos pontos de vista e um crescimento acadêmico importante.

Ao professor José Henrique Bortoluci pela disciplina eletiva “O Direito à Cidade: Reflexão Conceitual e Experiência Internacional”, que contribuiu para aprofundamento do tema neste PIBIC e possibilitou uma visão que ainda não havia sido explorada no trabalho.

À paciência o apoio e carinho de minha família e amigos por compreenderem meus períodos de ausência, em especial, a meu pai, Eduardo Mazzolenis de Oliveira, por me motivar a realizar a pesquisa e ser aquele com quem compartilhei horas debatendo sobre as ideias presentes neste trabalho e minhas frustrações.

Dedico a todos vocês essa pesquisa.

# Sumário

1. Introdução .....	5
1.1 Apresentação do Tema .....	5
1.2 Pergunta de Pesquisa .....	11
1.3 Objetivos .....	11
1.4. Justificativas .....	12
2. Metodologia .....	13
2.1 Caracterização da área de estudo .....	13
2.2. Organização da pesquisa .....	14
2.3 Entrevistas e Campo .....	15
2.4 Análise e Relevância dos dados .....	16
3. Revisão Bibliográfica: .....	18
3.1 Espaço Social e Espaço Simbólico: .....	18
3.2 Cidade: conceitos e transformações .....	19
3.3 Cidade Atual: significados e relações socioeconômicas .....	23
3.4 Gentrificação .....	27
3.5 Direito à Cidade .....	34
4. Dados e Informações Recolhidos .....	37
4.1. Plano Diretor Estratégico e Zoneamento .....	39
4.2 Atores identificados e características .....	43
4.3 Organização dos atores .....	58
4.4. As transformações do Elevado e de seu entorno .....	62
4.5. Mercado Imobiliário .....	65
4.6. A repercussão na mídia .....	67
5. Discussão .....	72
6. Conclusões e Expectativas Futuras .....	84
7. Referências .....	85

## LISTA DE FIGURAS

<b>Figura 1:</b> Praça Marechal Deodoro em 1942, local que se transformou no elevado .....	7
<b>Figura 2:</b> Área de Estudo .....	14
<b>Figura 3:</b> Zoneamento 2016 no distrito Santa Cecilia.....	40
<b>Figura 4:</b> Mapa dos Cortiços no distrito Santa Cecilia.....	41
<b>Figura 5:</b> dia 20/09/2015 segunda audiência pública anulada. Bonduki é o terceiro à da direita para esquerda.....	49
<b>Figura 6:</b> Porcentagem de domicílios alugados por distrito na cidade de São Paulo em 2010..	65
<b>Figura 7:</b> 1.R.Baronesa de Itu, 2.R.Amaral Gurgel, 4.R. do Arouche, 5.R.Doutor Cesário Mota Júnior, 10.R.Rego Freitas, 11.R.Santa Isabel, 16.Praça Júlio Mesquita .....	66
<b>Figura 8:</b> Estadão "A programação Cultural da cidade invadiu as ruas, filmes, festas, peças, restaurantes, venha conhecer o que já é possível fazer ao ar livre".....	70
<b>Figura 9:</b> “Melhor diversão ao ar livre” .....	70
<b>Figura 10:</b> Processo de mudança do espaço: “Antiga Industria”, “Antiga Industria Estúdios”, “Eixo Criativo, Café” e “Apartamentos Boêmios” .....	80
<b>Figura 11:</b> Reportagem retratando a região como “Reduto Hipster” .....	81

## LISTA DE ABREVIACÕES

PT- Partido dos Trabalhadores

PDE – Plano Diretor Estratégico

PL- Projeto de Lei

PSD- Partido Social Democrático

PSOL- Partido Socialismo e Liberdade

PPS- Partido Popular Socialista

PSD- Partido Social Democrata

PV- Partido Verde (PV)

PSDB- Partido da Social Democracia Brasileira

ONU – Organização das Nações Unidas

WTC- World Trade Center

USP- Universidade de São Paulo

FAU-USP- Faculdade de Arquitetura e Urbanismo da Universidade de São Paulo

CONSEG- Conselho Comunitário de Segurança

HIS- Habitação de Interesse Popular

# 1. Introdução

## 1.1 Apresentação do Tema

A cidade de São Paulo encontra-se em constante transformação, visível em sua forma dinâmica e multicultural. Nos últimos anos, percebem-se indícios de mudança nas formas do uso da cidade pela população, logo, em como a vida urbana e a própria cidade são concebidas. É visível o crescimento de preocupações mais coletivas, com a ocupação dos espaços públicos e a participação cidadã nos rumos da cidade, frente a comportamentos mais individualistas. Este movimento vem encontrando expressão concreta no processo de formulação e implementação das políticas públicas da capital, em especial na discussão e aprovação do Plano Diretor Estratégico (PDE), em curso na atual gestão do prefeito Fernando Haddad (PT), que recebeu reconhecimento da ONU<sup>1</sup> como exemplo internacional.

A atual gestão da prefeitura tem colocado em prática diversos pontos presentes no PDE, com alguns impactos já perceptíveis na cidade. Dentre eles, enfatiza-se a o incentivo ao transporte público, ao uso de ciclovias, a ocupação do espaço público como opção de lazer - presença de atividades artísticas, gastronômicas, e política “rua aberta”<sup>2</sup> - e o incentivo à participação da população em busca de uma cidade mais democrática - audiências públicas e o programa São Paulo Aberta<sup>3</sup>.

Dentre às propostas no PDE, encontra-se a desativação do Elevado Presidente João Goulart, antigo Elevado Costa e Silva, e mais conhecido como “Minhocão”<sup>4</sup>. A proposta não determina o futuro do elevado mas abre a possibilidade de que a estrutura seja demolida ou possa possuir outra função, como parque. No Plano, está determinado que, por meio de uma lei específica, serão determinados os prazos de desativação e o

---

<sup>1</sup> ONU-Habitat elogia Plano Diretor de São Paulo e sugere projeto como exemplo ao mundo. Disponível em: [http://www.onuhabitat.org/index.php?option=com\\_content&view=article&id=1336:onu-habitatelogia-plano-diretor-de-sao-paulo-e-sugere-projeto-como-exemplo-aomundo&catid=32:genero&Itemid=210](http://www.onuhabitat.org/index.php?option=com_content&view=article&id=1336:onu-habitatelogia-plano-diretor-de-sao-paulo-e-sugere-projeto-como-exemplo-aomundo&catid=32:genero&Itemid=210). Acesso em: 13 março 2015

<sup>2</sup>O Programa Rua Aberta foi instalado na cidade em 2015, com o intuito de fechar as ruas para automóveis nos bairros da cidade para o uso como espaço de lazer, dentre as ruas destaca-se o fechamento da avenida paulista para veículos.

<sup>3</sup> O Programa São Paulo Aberta é uma iniciativa da prefeitura de “governo aberto”, ou seja, de um conjunto de iniciativas articuladas de transparência, inovação e integridade nas políticas públicas, por meio da ampliação do processo de participação e ferramentas para transparência.

<sup>4</sup> Em 23/06/2016 a Câmara de São Paulo aprovou a mudança do nome do Elevado Costa e Silva para Elevado Presidente João Goulart. A lei foi sancionada pelo prefeito Haddad dia 25/07/2016.

futuro da via, como parque, desmonte ou uma alternativa mista. O cumprimento deste artigo não possui um prazo específico, devendo ser cumprido até a vigência do PDE, que acaba em 2029<sup>5</sup>.

Durante o processo de revisão e começo de aplicação do PDE, no início de 2014, foi colocado em requerimento o projeto de lei nº 01-00010/2014 - Parque Minhocão, de autoria dos vereadores José Police Neto, do Partido Social Democrático (PSD), Nabil Bonduki, do Partido dos Trabalhadores (PT), Toninho Vespoli, do Partido Socialismo e Liberdade (PSOL), Ricardo Young, do Partido Popular Socialista (PPS), Goulart, do Partido Social Democrata (PSD), Natalini, do Partido Verde (PV) e Floriano Pesaro, do Partido da Social Democracia Brasileira (PSDB), que visa a desativação do Minhocão e a criação de um parque. Porém, devido à falta de consulta pública na elaboração do projeto de lei, a proposta encontra-se parada na Câmara a fim de que se possa realizar fóruns e audiências, visando à avaliação dos impactos do elevado e escutar as posições de diferentes agentes. Essa pesquisa se dedica à compreensão das transformações que tem ocorrido no Minhocão, bem como das disputas em torno de seu futuro.

### *O Elevado*

O Elevado Presidente João Goulart é uma construção icônica na cidade de São Paulo, dividindo olhares de admiração e desprezo. Inaugurado em 1970, com o nome de Elevado Costa e Silva, perpassou por diversos momentos a história da cidade, e, se por um lado ele ressignificou a região na qual foi instalado, por outro, recentemente ele mesmo tem sido ressignificado de distintas maneiras.

No início do século XX, a área na qual o elevado se situa, possuía uma caracterização de moradores e transeuntes diferente das dos dias atuais. A região era considerada nobre, e era ocupada por uma classe média-alta/alta. As moradias presentes eram mansões, chácaras, palacetes de arquitetura romantista e bucólica. O passeio da elite paulistana se dava na região, a Av. São João era considerada a “quinta avenida” paulistana, possuindo boutiques, variedade de cinemas<sup>6</sup>, bares e restaurantes, uma região boêmia na qual a elite da cidade passeava, podendo ser comparada com a Avenida Paulista<sup>7</sup> nos dias atuais.

---

<sup>5</sup> Disponível em: <http://www.capital.sp.gov.br/portal/noticia/9650#ad-image-4>. Acesso em: 10 março 2015.

<sup>6</sup> A região também era conhecida como “Cinelândia”

<sup>7</sup> A comparação é feita em relação aos fins de semana e épocas festivas visto ser uma avenida com lojas, shoppings, arte e local de encontro de jovens.



**Figura 1:** Praça Marechal Deodoro em 1942, local que se transformou no elevado

Fonte: [www.quandoacidade.wordpress.com/2012/11/14/sob-o-elevado/](http://www.quandoacidade.wordpress.com/2012/11/14/sob-o-elevado/) (2014)

O início da decadência da região começou em 1950, com o processo de deterioração do bairro, devido à criação de novos polos, como a Avenida Paulista. A região, até então habitada por uma população de classe média-alta, deixa de ser atrativa para essa classe e dá espaço à ocupação por classes com menor poder aquisitivo.

Porém, o ponto principal que levou a região à deterioração foi a construção do Minhocão<sup>8</sup> em 1970, pelo prefeito Paulo Maluf, que alegou a intensificação da urbanização e o afogamento das avenidas como motivos para a obra. A construção reflete o período autoritário da época, na qual o prefeito impôs à população, sem aviso prévio, o elevado, realizado em 11 meses. Acredita-se que o curto período se deu devido ao mandato de somente 2 anos aos prefeitos indicados na ditadura, a obra foi considerada uma validação política<sup>9</sup>.

Atualmente, ele está sendo ressignificado por sua população visto que, além de via para transporte, o “Minhocão” é utilizado aos domingos e recentemente aos sábados, como um local de lazer, atraindo nos últimos anos uma quantidade maior de público de

---

<sup>8</sup>Como era a cidade sem o Minhocão. Disponível em: <http://acervo.estadao.com.br/noticias/acervo,como-era-sao-paulo-sem-o-minhocao,9070,0.htm>. Acesso em: 25 setembro 2015.

<sup>9</sup>Maluf, o Minhocão e a gentrificação. Disponível em: <http://cidadesparaquem.org/blog/2014/8/22/maluf-o-minhoco-e-a-gentrificao?rq=elevado%20costa%20e%20silva>. Acesso em: 01 outubro 2015.

várias regiões da cidade, sendo, portanto, parte do cotidiano paulista desde sua abertura para população no governo de Luiza Erundina (1989-1993)<sup>10</sup>.

O projeto em andamento de desativação do “Minhocão” pretende transformá-lo e “revitalizar” a área do entorno, independentemente de seu destino futuro (parque ou desmonte ou solução mista), o que deve impactar as condições de vida do local. Apesar da ideia de melhoria apresentar-se como um futuro promissor, bem acolhida por diversas pessoas da cidade, inclusive boa parcela da população residente no local, ela pode provocar consequências sociais.

Jane Jacobs (1961) nos dá pistas para pensar a questão ao afirmar que:

“As cidades são um imenso laboratório de tentativa e erro, fracasso e sucesso, em termos de construção e desenho urbano. É nesse laboratório que devemos aprender elaborar e testar suas teorias”.

Assim, através de experiências de outras cidades, é possível possuir perspectivas das consequências e mudanças que podem ocorrer na região do Minhocão.

Na história de cidades ao redor do mundo, diversas intervenções vêm ocorrendo nas regiões centrais com a proposta de “revitalização” e melhoria dessas áreas, procurando a renovação e adequação ao “padrão de cidade mundializada”. Esse processo acaba por gerar grandes mudanças na dinâmica local, levando às populações que antes eram residentes a não possuírem condições econômicas de se sustentar no lugar, tendo que deslocar-se para áreas periféricas, fenômeno geralmente intitulado de *gentrificação*. Entre os casos recentes, serão comentados alguns dos que ocorreram no exterior e no Brasil.

#### *Experiências internacionais*

No exterior, o processo de gentrificação está avançado e com um viés de revitalização por meio do fomento cultural. Os casos do Brooklyn, sul do Bronx e Harlem, habitados por população tipicamente negra e de baixa renda em Nova York, são exemplos importantes pois neles o processo de gentrificação está modificando (ou já modificou) radicalmente as regiões. Nestes bairros, em diversas ruas e esquinas houve o surgimento de novos comércios, como cafeterias, boulangeries, serviços

---

<sup>10</sup>Em 1993 a prefeita Erundina propôs a demolição do Minhocão. Disponível em: <http://sao-paulo.estadao.com.br/noticias/geral,em-1993-prefeita-erundina-propos-a-demolicao-do-minhocao-pela-1-vez,547904>. Acesso: 01 outubro 2015.



gastronômicos, e houve também uma melhora nos serviços públicos prestados, como nas escolas, na limpeza das ruas e no policiamento. Ao mesmo tempo, nota-se a redução da população negra, que aí habitava anteriormente.

Segundo Spike Lee em entrevista (New York Magazine, 2014) os novos moradores são em maioria brancos, e desde sua chegada estão realizando mudanças no bairro, como: a proibição de atividades típicas do bairro, como a criação de pombos e música na rua (um grupo de músicos que tocava há 40 anos tambores africanos foram proibidos pelos novos habitantes, com a alegação do som ser muito alto).

Nestes casos e em outros do exterior, a cultura que se implementou no processo de revitalização mostra-se como cultura “hipster”, termo utilizado amplamente em diversos meios de comunicação que apresentam e discutem a questão da gentrificação<sup>11</sup>. Esta cultura remete à apreciação de músicas independentes, saudosismo, tendência para o não recorrente e valorização ou apropriação de culturas suburbanas, havendo um fetichismo da autenticidade e busca pelo alternativo, recorrente em grupos de jovens de classe média<sup>12</sup>.

Outra experiência que se assemelha com a proposta de parque no Minhocão é o *High Line* em Nova York, uma antiga linha férrea transformada em parque elevado de 8 metros de altura e 2,5km de extensão. A construção, diferentemente do Minhocão, não se localiza próxima às residências, mas em uma região que era uma área industrial. Após a transformação em parque elevado, a área do entorno começou a se modificar, com o surgimento de dezenas de empreendimentos residências e comerciais, na qual o valor de um apartamento chega a custar 25 milhões de dólares, logo um palco para investidores internacionais<sup>13</sup>.

Antes da transformação, os habitantes da região, possuem renda baixa, visto que há dois conjuntos habitacionais que possuem o sistema de aluguel controlado. Com as modificações na área, os moradores desses conjuntos estão sendo prejudicados pela escassez de serviços acessíveis a eles, devido ao fechamento dos estabelecimentos populares que os atendiam e a alta de preços. Os moradores ainda continuam no bairro

---

<sup>11</sup> The Guardian e ArchDaily são bons exemplos.

<sup>12</sup> Os perigos da economia urbana hipster. Disponível em: <http://www.archdaily.com.br/br/758003/gentrificacao-os-perigos-da-economia-urbana-hipster>. Acesso em: 14 março 2015.

<sup>13</sup> Afirmção feita por Raquel Rolnik em coluna na Folha de SP em 05/11/2015 “Lições do High Line”. Disponível em: <http://www1.folha.uol.com.br/colunas/raquelrolnik/2015/11/1701192-licoes-do-high-line-park.shtml>. Acesso em: 5 novembro 2015.

devido à política de controle de aluguel na região, que possibilita que paguem um valor de aluguel abaixo dos de mercado.

### *Experiências Nacionais*

No caso nacional, em São Paulo diversas regiões foram modificadas em busca de atingir o chamado padrão globalizado. Os casos recentes de revitalização são: a “Operação Urbana Água Espraiada” e a “Operação Urbana Faria Lima”<sup>14</sup>, apesar de serem projetos diferentes, ambos expulsaram a população de renda mais baixa que residia nos locais.

No primeiro caso, a expulsão da população local se deu devido à transformação de áreas industriais em grandes projetos imobiliários, a verticalização com fins especulativos, o encarecimento da região e o uso de força do estado para retirar a população local (favela Jardim Edite) por meio de desapropriação, seguida de demolição das residências. O segundo caso, a expulsão de pequenos comércios ocorreu com vistas à criação de imóveis para população de alta renda.

Interessante ressaltar que uma “Operação Urbana” é uma “parceria público privada” que busca a “revitalização” de uma área determinada, seguindo os parâmetros definidos através de reuniões públicas. O incentivo se dá por meio da emissão de títulos financeiros correspondentes à flexibilização dos parâmetros urbanísticos, estes podendo ser vendidos no mercado de ações. Assim, segundo Siqueira (2014), este processo evidencia à financialização da urbanização no mercado global e um mercado formal municipal no qual se é possível especular o espaço urbano. Esses exemplos mostram que existe uma relação íntima entre setor privado e setor público no planejamento urbano.

### *Disputas Materiais e Simbólicas:*

Os processos de gentrificação mencionados e o desenvolvimento das cidades são marcados por tensões e disputas entre os diferentes agentes presentes no processo. Estas disputas pelo território, suas funções e destinos serão abordadas baseando-se nas fundamentações de Pierre Bourdieu, ao compreender que as disputas materiais e simbólicas são lutas baseadas em visões de mundo ligadas a posições sociais distintas.

---

<sup>14</sup> Pesquisa realizada por Marina Toneli Siqueira divulgada na revista “Cadernos Metrôpole na edição de nov.2014, “Entre o fundamental e o contingente: dimensões da gentrificação contemporânea nas operações urbanas em São Paulo”.

Em vista das dinâmicas de alteração do espaço indicadas, a pesquisa preocupa-se em analisar como tem se dado as disputas em relação aos possíveis futuros do elevado, visto sua desativação progressiva, e a partir disto identificar os possíveis impactos que a região pode vir a sofrer, assim como as transformações que já estão ocorrendo na área.

## 1.2 Pergunta de Pesquisa

As dinâmicas de alteração do espaço indicadas têm levado a disputas em relação aos possíveis futuros do Elevado, incluindo sua desativação progressiva, com possíveis impactos para a região afetando parcela significativa da população. Diante desse quadro pergunta-se:

Como tem se dado as disputas materiais e simbólicas em torno das transformações urbanísticas previstas no Elevado Presidente João Goulart (Minhocão) e dos atores presentes no processo?

E ainda:

Qual o papel que a cultura ocupa neste processo de disputas e transformações?

## 1.3 Objetivos

O objetivo da pesquisa foi analisar as mudanças que estão ocorrendo na região do Minhocão, no período de 1970 até 2016, as posições e atuação dos atores presentes nesse processo, por meio da análise das dinâmicas simbólicas e socioeconômicas presentes.

Foram considerados ainda como objetivo específico:

- A compressão do contexto social e político em torno do objeto de estudo, identificando os atores e interesses envolvidos no processo de análise, além de refletir quais destes atores poderão se beneficiar ou se prejudicar com as mudanças propostas. Aos prejudicados pelas mudanças, foi investigada a tendência ou não de gentrificação do local, e como ela se processaria.
- Compreender ainda o lugar ocupado pela cultura no processo investigado

#### 1.4. Justificativas

Entende-se que a pesquisa possibilitou uma oportunidade privilegiada para ampliar a compreensão sobre a ação dos atores e das disputas envolvidas em torno de um processo específico de intervenção urbana, em pleno desenvolvimento, na região central de São Paulo, a região do Minhocão, que vem se tornando um novo polo de eventos com grande movimento de grupos artísticos e atividades culturais. No processo de “revitalização” e suposta melhoria, há também o potencial de geração de grandes mudanças na dinâmica sócio econômica local, tal como ocorre em outras cidades do mundo. Compreender esse processo social em andamento foi fundamental tanto em termos de conhecimento acadêmico quanto de relevância social e política, donde a importância da pesquisa.

## 2. Metodologia

A abordagem adotada se valeu de dados primários e secundários:

- Primários, pois o tema tratado carecia de informações, sendo necessário, por meio de pesquisa de campo, o levantamento de dados que pudessem elucidar as questões levantadas na pesquisa;
- Secundários, visto que questões relativas aos imóveis, informações do trânsito e população foram obtidas através de institutos de pesquisa. Também foram utilizados dados obtidos de documentários e entrevistas concedidas pelos atores em meios midiáticos.

Os dados referentes ao posicionamento dos atores em relação às disputas, interesses e suas percepções foram, em sua maioria, qualitativos, e analisados por meio da abordagem de Pierre Bourdieu sobre o espaço como um universo social e simbólico permeado por disputas. Assim, se buscou identificar as disputas que se dão no espaço social a partir de distintas posições ocupadas por vários atores. A identificação dos atores ocorreu por meio da análise de mídias sociais e redes sociais, de entrevistas, de observação e análise de audiências e fóruns públicos sobre o elevado, podendo assim identificar os principais porta-vozes de cada grupo de atores e seus respectivos interesses.

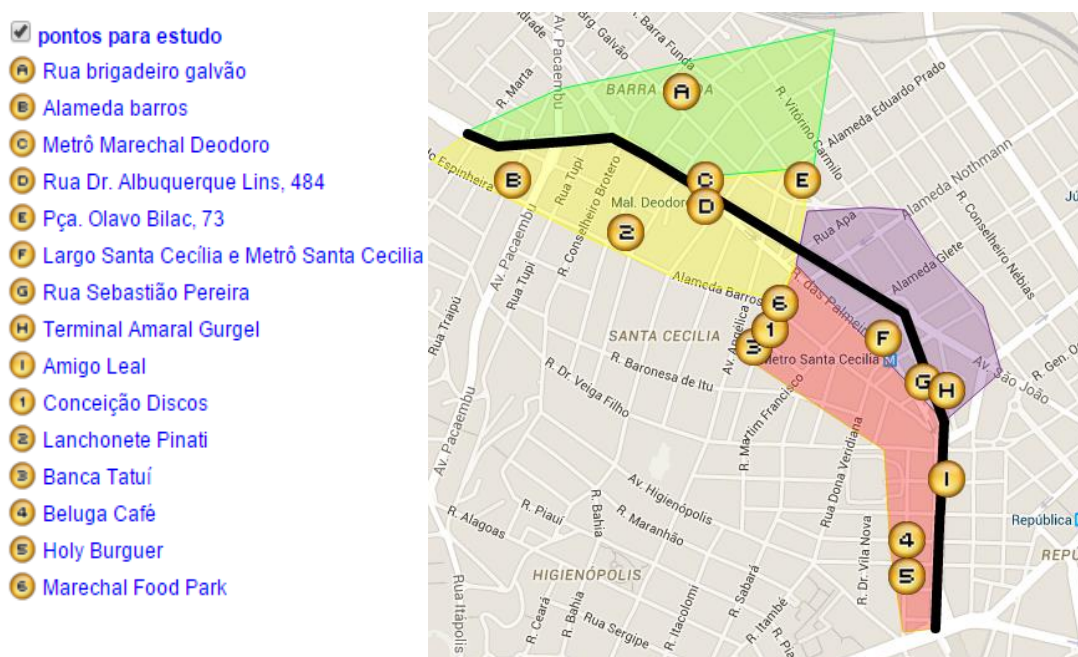
Foram utilizados dados quantitativos sobre o valor dos imóveis, para avaliar se há ou não “valorização” imobiliária na região (quantidade de novos edifícios ali surgindo). As fontes básicas dos dados são de pesquisas da área imobiliária.

O recorte temporal da pesquisa abrange o período 1970 até 2016, isto é, do início do elevado até seu momento presente, de forma a buscar compreender se houve transformações materiais e simbólicas na região do Minhocão. No mesmo sentido, o recorte territorial buscou abranger toda a extensão geográfica da construção.

### 2.1 Caracterização da área de estudo

O Minhocão possui 2800m<sup>15</sup> de comprimento, cortando os bairros Santa Cecília, Vila Buarque, Campos Elísios e Barra Funda. A construção está sob a gestão da Subprefeitura da Sé, visto que a maior proporção é compreendida pelo distrito de Santa Cecília.

O recorte da área pesquisada, focou o entorno do elevador visando não se estender para outras regiões, tal como na Figura 2, limitado em até três quarteirões, partindo do elevador como ponto inicial. Também foi pontuado em número e letras os locais que foram mais constantemente visitados, estes sendo tanto estabelecimentos comerciais novos com vínculo cultural (ex: Beluga café), estes representados em letras, quanto ruas com comércio tradicional, praças e locais de mobilidade urbana (metrô, terminal), representados em números.



**Figura 2:** Área de Estudo

Fonte: Elaborado por Mônica Rocabado a partir de imagem extraída do Google em 05/08/2015

## 2.2. Organização da pesquisa

A pesquisa foi estruturada em blocos, com o intuito de compreender as dinâmicas e o processo de mudança da região durante o período de um ano do PIBIC.

<sup>15</sup> Fonte: Câmara dos Vereadores, Matéria especial: Minhocão, Disponível em: <http://www.camara.sp.gov.br/especial-minhocao/>

Estes não foram dispostos em ordem cronológica, pois foi um processo de constante retomada, em vista dos novos acontecimentos significativos para a pesquisa.

O primeiro bloco consistiu em uma revisão bibliográfica do tema, por meio de teses, livros, blogs de acadêmicos e documentários. O foco foi na construção da cidade de São Paulo, a relação desta com o capital, poder público e ações culturais, assim como as consequências urbanas devidas a estas relações em sua construção.

O segundo bloco visou identificar os atores e seus posicionamentos e observar as mudanças visíveis na região. Este ocorreu por meio da identificação dos movimentos sociais e agentes do poder público envolvidos no debate político público em relação ao futuro do elevado, a identificação dos principais coletivos culturais atuantes, bem como as imobiliárias presentes na região. Em seguida, foram realizadas entrevistas a fim de compreender melhor seus interesses, perspectiva para o futuro e atenção ou não as transformações da região.

O terceiro bloco da pesquisa consistiu no acompanhamento de audiências públicas (PL nº 01-00010/2014 - Parque Minhocão, PL 22/2015) e fóruns relativos ao futuro do Minhocão, a fim de observar as dinâmicas, posições políticas e interesse dos atores presentes e no acompanhamento das políticas públicas que remetem à questão do Minhocão. Outras áreas de São Paulo, com propostas similares de revitalização, também foram acompanhadas para poder analisar tendências na transformação da cidade.

O quarto bloco esteve concentrado nas idas ao campo, observação de suas transformações por meio das visitas a região aos sábados, domingos e dias de semana em diferentes horários. As visitas foram realizadas no elevado e nas ruas abaixo dele, passando por comércios tradicionais, assim como novos comércios e outros empreendimentos que estão surgindo. Vale ressaltar o foco na visita as novas iniciativas nas quais o elemento cultural é um componente de destaque.

### 2.3 Entrevistas e Campo

Para a análise das dinâmicas e transformações que permeiam o tema, foram realizadas entrevistas e visitas ao campo (pontos selecionados, fóruns e audiências públicas). Os dados possuem caráter qualitativo, em vista de compreender os atores,

suas relações, impactos causados por estes no campo e as transformações do Minhocão, tanto objetivamente quanto social e simbolicamente entre os cidadãos.

Adotou-se uma postura observadora em algumas atividades de campo, afim de visualizar interações entre os atores, o modo de uso dos espaços e por quem são utilizados, buscando, na medida do possível, evitar a interferência do pesquisador no campo e suas dinâmicas, que podem levar a alterá-las.

Nas entrevistas utilizou-se o método de roteiro semi-estruturado, na qual o pesquisador possui um conjunto de perguntas previamente definidas que servirá como norteador da entrevista. Seu caráter se assemelha a uma conversa informal, possibilitando ao entrevistado se sentir confortável e levantar pontos além dos previamente definidos e ao entrevistador de realizar perguntas adicionais para esclarecer pontos novos, trazidos na entrevista, ou que não ficaram claros.

Visto que os atores se apresentam em contextos, situações e classes sociais distintas, as perguntas foram específicas para cada bloco de atores- movimentos sociais, políticos, comerciantes, moradores-, porém possuindo os pontos similares: impactos presentes; expectativas futuras, visões de mundo, interesses, etc.

#### 2.4 Análise e Relevância dos dados

Os dados qualitativos foram obtidos nas entrevistas e observações no campo. Em relação as entrevistas, se buscou compreender as disputas presentes e percepções de mudanças presentes na região. Especificamente nos movimentos, a entrevista teve foco em descobrir como estão organizados e como se dão as lutas, assim como seus interesses. Já em relação ao poder público, a base de dados também se deu por meio de entrevistas, com um viés diferente, tentando compreender os interesses presentes e posições políticas.

Nas idas ao campo, os dados coletados são referentes às percepções de quem frequenta o elevado nos horários de lazer, qual a característica dos comércios, e seus frequentadores, assim como as diferenças entre o Minhocão e a via abaixo dele.

Em relação aos dados quantitativos, a base de dados é relativa ao mercado imobiliário, buscando dados que possam evidenciar a valorização ou não da região no entorno do elevado.



Por meio dos dados levantados foi possível construir um panorama das disputas e interesses que estão presentes na discussão, evidenciar se há ou não um processo de valorização imobiliária, investigar a hipótese de gentrificação e, ainda, observar como o elemento cultural toma parte no processo de transformação.

Os dados foram analisados por meio da perspectiva de Bourdieu, tentando estabelecer as relações de poder, as interações entre os indivíduos e como estão relacionadas com as questões simbólicas. A análise também teve como base o referencial bibliográfico acerca da cidade e suas dinâmicas dentro da lógica capitalista atual, afim de compreender como isto pode vir a interferir nas disputas em relação ao futuro do elevado e alterações na região.

### 3. Revisão Bibliográfica:

#### 3.1 Espaço Social e Espaço Simbólico:

As análises de Pierre Bourdieu sobre as questões espaciais e simbólicas e as relações que estas possuem com as interações sociais ajudará a cumprir com os objetivos a serem alcançados. Para o autor as coisas sociais – cultura, educação, classes, indivíduos – são produtos das relações sociais invisíveis, materializadas nas práticas. O modo como se dão as práticas depende do contexto histórico e social em que os indivíduos estão inseridos, assim como a sua posição no espaço social.

O espaço social é um local teórico onde se organizam as diferenças sociais, “definidas não em si mesmas, substancialmente, porém umas em relação às outras e cuja existência e sentido só são inteligíveis nas relações mútuas, homólogo a um conjunto de práticas também relacionalmente definidas” (Bourdieu, 1990, p.152). A diferenciação social é definida pelo volume de capital – econômico, cultural e/ou político - que o indivíduo possui, e de acordo com a estrutura de seu capital, “isto é, de acordo com o peso relativo das diferentes espécies de capital, no volume total de seu capital” (Bourdieu, 1990, p.154).

No espaço social os agentes realizam práticas que reproduzem ou transformam as estruturas sociais. As práticas são geradas por meio do *habitus*, que é definido pelo autor como um “sistema das disposições socialmente constituídas que, enquanto estruturas estruturadas e estruturantes, constituem o princípio gerador e unificador do conjunto das práticas e das ideologias características de um grupo de agentes (Bourdieu, 2003 p.191) ”. Em outras palavras, é a “interiorização da exterioridade e a exteriorização da interioridade” (Pereira; Catani, 2002, p.110).

O *habitus* de classe pode ser diferenciado territorialmente, visto que indivíduos que possuem nível similar de capital, tendem a morar em regiões próximas, pois seriam propensos a práticas similares e a afinidades simbólicas, assim o espaço social tende a coincidir com o espaço geográfico. Logo, pelo *habitus* o indivíduo pode se diferenciar de um outro ou se unificar a outro, ao possibilitar o “*sense of one’s place*” e o “*sense of*

*other's place*” (Bourdieu, 1990, p.158) por meio das estratégias e práticas adotadas similares ou diferentes a outros indivíduos e grupos.

Esse reconhecimento por meio de práticas e preferências similares e distintivas denota o espaço simbólico no qual o indivíduo está inserido. Dessa forma, nota-se uma forte relação entre o espaço simbólico e o espaço social. Em vista da diferenciação e aproximação resultantes das práticas geradas pelo habitus, indivíduos em uma posição social similar também tendem a ocupar uma posição similar no espaço simbólico, e isso tem relação com a ocupação do espaço geográfico.

Esta correlação entre espaços físicos e simbólicos leva a relações de força dentro do espaço social, no qual os agentes alocados nas posições dominantes - na sociedade capitalista os detentores de maior volume de capital econômico - possuem também capital simbólico, que é o capital socialmente reconhecido (prestígio e reconhecimento), o que permite que suas visões sobre o mundo social sejam construídas como legítimas.

As lutas simbólicas estabelecidas por grupos e movimentos sociais buscam a mudança da percepção do mundo social, mostrando ou buscando estabelecer outras formas de percepção e avaliação do mundo ou do próprio movimento ou minoria (Bourdieu, 1990).

### 3.2 Cidade: conceitos e transformações

A cidade como a compreendemos é fruto de uma construção histórica perpassada por mudanças em sua organização e infraestrutura. Diversos momentos marcaram sua forma de caracterização – Cidade Antiga, Cidade Industrial, Cidade Moderna - até atingir sua forma atual, moderna e mundializada. Será realizada uma breve retomada histórica do desenvolvimento e mudanças das cidades até o momento presente, para melhor compreender seus sentidos e relações com os cidadãos, mercado e poder público.

O conceito de cidade é complexo, sendo abordado nesta pesquisa por meio das seguintes reflexões: “A cidade é o mundo criado pelo homem, o mundo na qual ele está condenado a viver. Ao criar a cidade o homem recriou a si mesmo” (Harvey, 2014, p. apud Park, 1967, p.3), “A cidade é antes de mais nada um imã”, “um campo magnético que atrai, reúne e concentra os homens” (Rolnik, 1988, p.13 e p.12).

Assim, a cidade pode ser compreendida como uma aglomeração de pessoas, um fluxo de serviços e cultura que reúne os homens, possuindo infraestrutura e organização política. A cidade é um reflexo da sociedade, seus valores e hierarquia, sendo moldada conforme os desejos mais profundos do ser humano. A cidade é um resultado do processo histórico, estando em constante mudança e transformação, como será apresentado a seguir.

Os primeiros indícios do surgimento das cidades derivam do processo de sedentarização, quando o homem passa a ter uma relação de domínio com a natureza e em específico um território. A partir desse processo, com a expansão da ocupação do território, se estabelece um grupo social dominante e outro subalterno, não tendo a obrigação de todos se concentrarem no cultivo da terra, possibilitando o desenvolvimento do trabalho artesanal. A implementação da cidade ocorre ao haver o excedente de produção do campo, pois os moradores dependem da produção, por não serem produtores, e ao mesmo tempo cidade impulsiona a produção agrícola (ferramentas produzidas do trabalho artesanal, obras de irrigação, drenagem e do consumo da produção) (Rolnik,1988).

Estes locais crescem e da necessidade de organização inicia-se um processo de organização política e administrativa das cidades, emergindo uma autoridade encarregada de sua gestão. As primeiras formas de organização eram em um poder centralizado e despótico (Rolnik,1988). Logo, como ROLNIK (1988) observa, as cidades desde suas origens também significam uma forma de organizar o território e uma relação política, sendo que ser habitante de uma cidade significa participar de alguma forma de vida pública, mesmo que seja por meio da submissão a leis.

Por meio desse poder central e dos excedentes de produção, os mercados passaram a existir, sendo delimitados por meio de suas das cidades fronteiras. Ao se especializar o mercado entre os cidadãos, as cidades iniciam o processo de divisão de trabalho entre si. Dessa forma, o mercado expande as relações políticas entre as cidades, e se amplia por meio dessas relações. A partir de um certo momento histórico o mercado domina as cidades, direcionando o crescimento e a organização do espaço circundante aos seus interesses.

Como exemplo deste fenômeno, pode-se citar o surgimento das cidades a partir da decadência da era medieval e a emergência da economia mercantilista. O senhor feudal para poder adentrar no mercado necessitava de dinheiro, para tal pressionava seus

servos para aumentar o excedente de produção, podendo convertê-lo em dinheiro. Porém as pressões e o aumento de possibilidades de serviços nas cidades, iniciaram a migração dos servos para as cidades. Esta transformação acarretou em mudanças na organização das cidades, como a mercantilização da terra e a divisão da sociedade em classes (proprietários de meios, trabalhadores e artesões).

A urbanização decorrente do processo de industrialização acarretou uma grande aglomeração nas cidades, dessa forma, atraindo populações de diferentes locais (imigrantes), tornando-se sinônimo de heterogeneidade cultural e étnica. Também acarretou na divisão da sociedade entre proprietários e proletariados, na qual percebe-se um sistema de domínio, dessa forma, uma sociedade marcada por tensões e violência (espoliação, criminalidade e passadas).

*O papel do mercado nas cidades:*

O capital é uma relação social, ele “se distingue de todas as formas de riqueza baseadas em relações sociais diretas porque é valor, e se distingue de mercadoria porque é valor que se valoriza [...] Para produzir mais-valor o capitalista deve comprar [ou fazer produzir] uma mercadoria cujo valor-uso é criar valor, cujo consumo na esfera da produção valoriza o capital” (Bielschowsky, 2012 p.6), atualmente a cidade tornou-se um desses meios de valorização, logo, uma mercadoria.

Em relação à formação da cidade e suas tensões, pode-se fazer um paralelo com a visão de HARVEY (2014) sobre este processo, no qual pontua que as cidades, por surgirem da concentração geográfica e social de um excedente de produção, sempre foi algum tipo de fenômeno de classe. Para ele, “os excedentes, são extraídos de algum lugar ou de alguém, enquanto o controle sobre o uso desse lucro acumulado costuma permanecer nas mãos de poucos. O capitalismo busca a mais-valor, para produzi-la eles devem produzir excedentes de produção” (Harvey, 2014, p.30).

Através da busca da mais-valor, continuando na linha de Harvey, o capitalismo está constantemente produzindo excedentes, que devem ser investidos. Como comentado, o desenvolvimento das cidades tornou-se parte desse processo de investimento do capital, ao absorvê-lo pelo processo de urbanização.

Um dos primeiros casos relativos a isso foi na Paris do Segundo Império, na qual após Luís Bonaparte realizar um golpe e se declarar imperador, afim de resolver os problemas de excedente de capital presente, ele remodelou a infraestrutura de Paris,

utilizando os serviços de Haussmann. A modificação da cidade levou não só à sua transformação física, como de seu modo de vida, transformando-se na “Cidade Luz” e centro de consumo e turismo, podendo absorver o excedente por meio deste processo e dos comércios que surgiram.

Outro caso importante devido as alterações causadas ocorreu nos Estados Unidos em 1942, onde houve um processo de transformações estruturais para além da cidade, no caso em direção aos subúrbios, em nível nacional, possibilitando a absorção dos excedentes. Este processo acarretou em uma modificação no modo de vida, na qual novos produtos desempenhavam um papel importante não só na absorção dos excedentes, mas na estruturação de um modo de vida.

Em ambos os casos, após o início de crises econômicas devido à dificuldade de se encontrar destino lucrativo para os investimentos, tanto em Paris em meados do século XIX, quanto nos Estados Unidos da década de 1960, surgiram movimentos em contestação com a realidade social implantada. Em Paris os movimentos lutavam contra as mudanças estabelecidas, visto que as obras de Haussmann desalojaram a população de renda baixa do centro. Nos Estados Unidos, as manifestações se davam por motivos similares ao de Paris, visto que a população de baixa renda prejudicada pelas transformações se manifestava contra a realidade imposta que as levou a morar em guetos, sendo negada a elas, a nova prosperidade da cidade americana que surgia na época.

Dessa forma, em ambos os casos, em períodos diferentes, percebe-se que a cidade e o urbanismo se colocam a serviço do mercado, sendo este um dos principais fatores a impulsionar as transformações urbanas, acarretando a “valorização” e futuramente problemas relativos à população residente prejudicada, na maioria das vezes de classes mais baixas.

Nota-se, portanto, que da cidade antiga à cidade atual as cidades se caracterizam como polo de concentração de pessoas, como uma relação política com a terra e após o surgimento do capitalismo, como base para expansão do mercado. Também se percebe que grandes transformações levaram ao aumento na rapidez dos fluxos de mercadorias, pessoas e principalmente no domínio do mercado sobre as cidades, tornando-se base para decisões em relação ao desenvolvimento e organização das cidades e da vida que aí se leva.

### 3.3 Cidade Atual: significados e relações socioeconômicas

Como apresentado, uma das forças que definem as formas e dinâmicas da vida urbana é o que se tem chamado de mercado, pois as cidades têm sido historicamente usadas como forma de absorver, de forma lucrativa, os excedentes de produção. Esse fenômeno recrudescer em momentos de “crise”. Com a crise econômica de finais da década de 1960 e início da década de 1970, propostas de caráter neoliberal para recuperação econômica se tornaram relevantes no debate. Dentre as propostas, permeava-se o tema da construção de parcerias entre o poder estatal e o setor privado, como exemplificado por Harvey em uma citação de William Tabb, economista, na qual “o poder da classe do capital seria protegido à custa do padrão de vida da classe operária enquanto o mercado estivesse desregulado para fazer o seu trabalho” (Harvey apud Tabb. W, 1982).

A forma de organização das cidades, assim, adota características de uma empresa, principalmente em sua gestão, em busca de tornar-se uma cidade globalizada capaz de atrair investimentos e negócios globais. Este processo se dá por meio das parcerias entre o setor privado e o Estado através da construção de polos urbanos que respondam àquele objetivo. A produção das cidades e sua gestão pública passam então a corresponder às ideias do modelo neoliberal, em busca constante por investimentos e em disputa com as demais cidades do mundo para tal (Arantes, 2000).

Este modelo de cidade parece impor um teorema padrão: “As cidades só se tornarão protagonistas privilegiadas, como a idade da informação lhes promete, se, e somente se, forem devidamente dotadas de um Plano Estratégico capaz de gerar respostas competitivas aos desafios globalização (sempre na língua dos prospectos), e isto a cada oportunidade (ainda na língua dos negócios) de renovação urbana que porventura se apresente na forma de uma possível vantagem comparativa a ser criada”. (Arantes, 2000, P.13).

A cidades que utilizam este modelo acabam por então utilizar os modelos de gestão empresarial para responder a competição global, dessa forma devem realizar políticas de *image-making* e *business-oriented*, a fim de se vender aos mercados globais. Esse modelo é gerido principalmente por governantes e empresários, que buscam na cidade o negócio das imagens, ou seja, a cultura se tornando imagem, acabando por moldar de

um lado indivíduos que se auto identificarão pelo consumo ostensivo de estilos e lealdade a todo tipo de marca.

Este modelo de urbanismo se utiliza da arquitetura do espetáculo (Arantes, 2000), que busca criar locais a fim da geração de lucro, com baixo impacto sobre a pobreza e demais problemas sociais presentes nas cidades. Este planejamento urbano é voltado à urbanização empresarial, na qual a elite financeira tomou posse da construção da cidade por meio da manipulação do apoio público e a combinação de fundos governamentais e privados para promover uma urbanização comercial em grande escala. A cultura passou a se tornar um elemento essencial na coalizão de classes e interesses, responsável pela máquina urbana de crescimento.

As cidades dessa forma, são colocadas segundo este modelo de produção das cidades como *growth machine*, que são, como explica ARANTES (2000, p.27):

“ [...]coalizões de elite centradas na propriedade imobiliária e seus derivados, mais uma legião de profissionais caudatários de um amplo arco de negócios decorrentes das possibilidades econômicas dos lugares, conformam as políticas urbanas a medida em que dão livre curso ao seu propósito de expandir a economia local e aumentar a riqueza. A fabricação de consensos em torno do crescimento a qualquer preço - a essência mesma de toda mobilização competitiva permanente para a batalha de soma zero com as cidades concorrentes. Uma fábrica por excelência de ideologias, portanto: do território, da comunidade, do civismo etc.”

Harvey analisa que a ênfase dos ricos no consumo levou à diferenciação do produto através da cultura e estética, reenfatizando um aspecto da acumulação de capital: “a produção e consumo do que Bourdieu chama de capital simbólico pode ser definido como o acúmulo de bens de consumo suntuosos que atestam o gosto e a distinção de quem os possui. Esse capital transforma, com efeito, em capital-dinheiro, que produz seu efeito próprio quando, e somente quando, oculta o fato de se originar em formas materiais de capital” (Harvey, 2007, p.81). O autor associa a noção de capital simbólico com a discussão sobre fetichismo, ao afirmar que este seria evidente e serviria para ocultar por meio da cultura a base real das distinções econômicas, assim o capital



simbólico, serve a funções ideológicas de perpetuar a ordem estabelecida de dominação de forma oculta (Harvey, 2007).

Esse processo, de escala mundial, se faz presente em São Paulo a partir de 1970, período em que a busca por se tornar uma cidade atrativa para investimentos e dessa forma, “globalizada”, era o foco da administração. Em São Paulo começaram a surgir polos de edifícios corporativos – arredores da marginal Pinheiros –, que eram divulgados em anúncios publicitários como “uma nova face” para cidade, ou seu início como uma “global city”. Exemplos disto são o Birmann 21 e a unidade brasileira do World Trade Center (WTC), destinada a abrigar negócios voltados ao mercado mundial (Fix, 2014). Diferentes dos prédios da Avenida Paulista, antes foco privilegiado dos negócios financeiros, os edifícios são construídos como negócios em si, como empreendimentos, visto serem parte do processo de “valorização” do mercado.

Nota-se que os edifícios construídos e as estruturas urbanas começam a possuir características similares, tornando-se quase homogêneos, visto que os investidores passam a exigir rentabilidade deles, logo sua construção sendo ditada pela esfera financeira tendo que possuir alta liquidez, semelhante a uma ação na bolsa: rapidamente conversível em dinheiro sem perder o valor (Fix, 2014). Esta dinâmica se identifica em diferentes locais do mundo, visto que o *boom* do mercado imobiliário globalmente, possibilitou a homogeneização da dinâmica capitalista.

Não só a emergência do mesmo tipo de mercado e cidade com aspecto gerencial foi estabelecida globalmente, como os investimentos e a construção das cidades se tornou global, os mercados hipotecários e imobiliários tornaram-se globais: “O banco central chinês, por exemplo é muito ativo no mercado hipotecário secundário dos Estados Unidos, enquanto Goldman Sachs está envolvido com os emergentes mercados imobiliários em Mumbai, e o capital de Hong Kong vem investindo em Baltimore.” (Harvey, 2014, p.42-43).

Este processo trouxe mudanças radicais no modo de vida e na dinâmica das cidades. O modo de vida tornou-se uma mercadoria, e o consumismo, o turismo e atividades culturais se tornaram aspectos fundamentais da economia e política urbana. Segundo ARANTES (2000), o fomento à cultura é utilizado nas disputas das cidades globais, em busca de investimentos, sendo a cultura utilizada como justificativa para obter esses fins.

As mudanças, como comentadas, foram impulsionadas pelo poder estatal, alavancadas por investimentos públicos, sendo legitimadas pelo discurso de serem ações destinadas para fins públicos. O papel do Estado, dessa forma, acaba por servir a interesses empresariais privados, ao poder público legitimar o processo de expulsão de moradores locais em vista da “revitalização” de áreas. O Estado, por possuir o poder de expropriação, serve aos interesses do mercado ao realocar a população de uma região, dos interesses do capital, para outra. Também, nota-se que o poder público serve aos interesses privados por permitir a segregação do espaço urbano ao realizar a administração da cidade. Reflexos dessa segregação são visíveis ao comparar bairros de população rica e pobre, ao nos bairros ricos a infraestrutura e serviços serem abundantes em comparação com a pouca infraestrutura em áreas periféricas.

Esse processo nomeado de “revitalização” do espaço, ou “destruição criativa”, acaba por prejudicar a população moradora do local, na maioria das vezes pobres e marginalizados, devido à reconstrução de áreas degradadas, levando muitas vezes à expulsão dos moradores locais, ou seja, a um processo de gentrificação. Como exemplo pode-se retomar ao caso de Paris do Segundo Império, na qual a reconstrução da cidade se deu em parte por meio da expropriação de moradores do centro, utilizando a justificativa que as mudanças seriam para fins públicos.

Dessa forma, a cidade torna-se uma mercadoria, o “urbanismo neoliberal” expande os processos de gentrificação por meio da atividade do turismo/lazer, utilizando a cultura como estratégia de acumulação, ao transformar a cidade por meio da “destruição criativa” dos espaços urbanos, promovendo uma evolução estética, o que Sharon Zukin coloca como “pacificação por meio do cappuccino” (Harvey, 2014, p.46)

A cidade torna-se então um lugar de produção do excedente e controle da produção nas mãos de poucos por meio dessa dinâmica que se alastra, tornando o direito à propriedade e à taxa de lucro como superiores a todos os demais direitos (Harvey, 2008). Assim, a gentrificação torna-se a principal política urbanística neoliberal e as cidades o meio pelo qual as mesmas vêm se expandindo (Siqueira, 2014 apud Neil Smith, 2002).

Sobre a cidade de São Paulo, Mariana Fix fez uma análise de como funcionam os processos da construção da cidade na atualidade, identificando como agente principal os promotores imobiliários, estes podendo se distinguir em: acidental, ativo e estrutural. O agente passivo é aquele que adquiriu o imóvel com outro propósito e percebeu que é

mais vantajoso para si vender ou alugar o mesmo. O agente ativo antecipa as mudanças do uso do solo, estando atento às mudanças, este especula os solos que estão ou podem vir a se valorizar. O agente estrutural é aquele que intervém nas dinâmicas e processos em busca de modificar o mercado de acordo com suas estratégias e benefícios, realizando para isto influência para valorização da área adquirida com obras públicas e subsídios, alterando o zoneamento e com a elaboração de planos. Segundo Fix, a diferença entre o agente estrutural e os outros é que “visa se apropriar da renda monopolista e redistributiva e não apenas a diferencial”. Na cidade, como é apontado por Fix, constroem-se edifícios destinados a aluguel, a cidade se torna uma organização empresarial voltada a aumentar o volume de renda por meio da intensificação da utilização da terra.

Desta forma, nota-se que a cidade se tornou um negócio, não configurando apenas o espaço para o desenvolvimento do mercado, mas uma ferramenta pelo qual ele ocorre, a cidade tornou-se objeto de valorização, pensada como uma empresa em busca de investimentos permanentes. Este acontecimento possui impactos visíveis na produção do espaço público, uma vez que a cidade se destina a um grupo pequeno de pessoas com influências políticas e econômicas capaz de se apropriar dela por meio da gentrificação.

### 3.4 Gentrificação

Como já citado, a gentrificação é o processo pelo qual uma região, muitas vezes degradada e central, é valorizada ao obter a atenção da iniciativa privada que inicia, em conjunto com o poder público, um processo de “recuperação” da área, levando a população, normalmente de baixo poder aquisitivo, que residia na região a ser expulsa ou, em razão da valorização dos imóveis, ter que se mudar para áreas periféricas, ocorrendo, em conjunto disso, a entrada de uma população de maior poder aquisitivo na área. Em suma, um processo de entrada de capital privado e de uma população de classe média ou alta em uma região considerada “popular”, o que acarreta a expulsão da população residente. O processo costuma ser batizado como “revitalização”<sup>16</sup> urbana por aqueles que qualificam este processo de forma positiva, normalmente o poder

---

<sup>16</sup> Revitalização Urbana: Entendendo o processo de requalificação da paisagem, Aline Maria Marques Bezerra, César Roberto Castro Chaves

público e empresários interessados nas mudanças, não sendo comentado os impactos desse processo.

O termo gentrificação possui diferentes significados, mudando com o passar de períodos na história e contextos de cada cidade. SMITH (2006) teoriza o processo por três fases: a primeira em 1960 e 1970 como um processo restrito aos centros antigos das principais metrópoles do mundo, praticada de forma pontual e esporádica por uma elite excêntrica, como um “esporte urbano”; a segunda no final da década de 1970 ocorre de forma geograficamente mais ampla e sistemática, indo além do centro antigo e do aspecto residencial, porém ainda há o foco no local; e a terceira fase inicia nos anos 1990 e é caracterizada por se tornar um fenômeno generalizado e difundido no mundo. Generalizado devido abranger mais do que somente prédios e residências, mas restaurantes, vias comerciais, parques, cinemas, em suma, todo um leque de grandes operações na paisagem das áreas centrais. A gentrificação se torna difundida no mundo e crucial para o planejamento urbano em acordo com um modelo neoliberal, na qual o Estado possui um papel essencial para possibilitar a gentrificação, com as parcerias público-privadas que insere a temática na agenda urbana com planos estratégicos da cidade.

A terceira fase corresponde a mudança das dinâmicas de relações sociais no capitalismo, impactando o processo inicial da gentrificação. O sistema imobiliário ganhou alto poder dentro das cidades, sendo um dos atores que rege o processo de produção do meio urbano, utilizando ligações com o poder público e artifícios, como especulação imobiliária, para atingir seus objetivos e moldar as cidades conforme o seu lucro, destinando-as para as elites.

SMITH (2005) complementa esta visão englobando-a dentro das ações do Estado e mercado global, visto que as mudanças e revitalizações realizadas nas cidades, precisarem estar em conjunto ao Estado devido a este possuir o poder de direcionar os estímulos e dar suporte à remoção dos residentes, assim alinhando o centro econômico aos interesses do mercado financeiro global, tornando-se um ator ativo da produção pró-capital. A gentrificação nos moldes atuais depende da ação estatal pois este possui o poder tanto de remover a população quanto de realizar as obras de infraestrutura para “revitalização”.

O conceito, porém, é considerado caótico por acadêmicos ao abarcar processos de produção do meio urbano muito diversos entre si, haver um debate sobre as forças

motrizes do processo, e existir uma banalização de seu uso atualmente para todo processo urbano excludente. As duas correntes teóricas principais são Neil Smith e David Ley, o primeiro analisa o aspecto da produção e oferta, logo as dinâmicas do capital, e o segundo analisa o aspecto do consumo e demanda, portanto da ação dos indivíduos.

Smith possui como aporte principal de sua teoria a ideia de *rent gap*, ou diferencial de renda, que é “a diferença entre a renda atual que pode ser extraída do terreno tal qual ele está e a renda que poderia ser extraída dele caso fosse incrementado por melhorias” (Duran, 2016). Dessa forma, este fator é chave no processo, pois em conjunto com a degradação, o valor do terreno torna-se extremamente baixo e então este diferencial acaba por aumenta até um ponto em que esteja atraente aos investimentos para sua “revitalização”.

Também possui como aporte a ideia de investimento e desinvestimento sustentado, na qual áreas deixam de ser atrativas para investimentos e manutenção constantes, tanto por parte de empresários e financiadores, quanto pelo poder público. Os locais, dessa forma, passam, na maioria das vezes, por um processo de degradação, devido a alocação dos recursos a outras áreas da cidade consideradas mais lucrativas. Após a degradação, inicia-se o reinvestimento na área, arquitetado em conjunto pelo poder público e pelo setor privado, em busca da “revitalização” da área.

Nota-se também nos locais em que a gentrificação ocorre, altos índices de inadimplência das propriedades (de impostos, condomínio, entre outros), o que gera um capital “economizado” que será utilizado para o processo de revitalização da área. Esse processo é muito presente no Brasil pois a fiscalização e punição sobre o pagamento é ineficaz, tornando possível a inadimplência.

Dessa forma, sob essa perspectiva o processo de gentrificação ocorre devido o escoamento de capital privado a regiões centrais, obedecendo uma lógica neoliberal de construção do espaço a fim de atender os interesses econômicos. Tal argumento torna-se dificilmente refutável em locais que sofreram ou estão sofrendo o processo de gentrificação (Pereira, 2010)

Por outro lado, Ley (2003) analisa como o principal motivador da gentrificação os aspectos culturais que influenciam o padrão de consumo, especificamente a insatisfação de uma parcela da população, ligada ao universo da arte e produção cultural, insatisfeita com o padrão de vida nos subúrbios (no caso dos EUA), e como a

mudança desses grupos para estas áreas, até então degradadas, é absorvida pelo capital econômico, que realiza o processo de gentrificação.

A atração deste grupo para as áreas centrais ocorre devido a atmosfera cultural *underground*, diversa socialmente e singular oferecida a eles, visto que os artistas, segundo o autor, necessitam de lugares autênticos, pois consideram os subúrbios lugares que confinam o artista, este em busca de distância da produção em massa dos produtos de shoppings. Há um valor simbólico nestas áreas para os artistas, pois clamam pela diferença e autenticidade da produção artística, o que torna estas áreas centrais simbolicamente ricas por se distanciar da “*commodification*”, que para eles, deprecia o significado do lugar.

O perfil do *gentrifier* moderno pode ser caracterizado por jovens de 25 a 35 anos, os ‘jovens adultos’, artistas e estudantes, que correspondem a camadas menos privilegiadas das novas classes médias, que detém um alto nível de capital escolar e cultural e baixo nível de capital econômico, dessa forma, especialistas da produção simbólica (Mendes, 2010).

Antes de apresentar sua teoria, David Ley inicialmente identifica o artista em sua posição social, a partir da teoria de Bourdieu e os aspectos presentes que acabam por implicar no processo de gentrificação. O autor analisa que a posição social no espaço corresponde também como círculos sociais e características familiares, assim como preferências de modo de vida, estes mensurados através de diversas variáveis como arte, gostos, entre outros.

O artista é colocado como parte da classe dominante, por possuir um alto nível de capital cultural e muitas vezes por compartilhar de um *habitus* similar ao das elites, assim dentro da classe dominante analisa os eixos na qual se subdivide em uma “série de grupos sociais que se sobrepõem parcialmente, movendo-se ao longo de um *continuum* de profissões selecionadas, com clusters de estilo de vida associados distintos, desde os produtores artísticos que têm alto capital cultural e de baixo capital econômico, para professores, outros profissionais, [...] e, finalmente, empregadores da área industrial e comercial, cuja posição no polo de elevado capital econômico não tem qualquer sobreposição no espaço social com o polo dos produtores artísticos de alto capital cultural. "(Ley, 2003). O campo da produção cultural, é identificado como dominante dentro da classe dominante, dessa forma, no eixo dominante das relações de classe. O artista é posto dessa forma pois define a sociologia da disposição estética, sendo os detentores da produção simbólica (Ley, 2003), formadores de opinião dos

padrões estéticos e influenciadores dos demais participantes do *habitus* em que se inserem.

A disposição estética do artista, que rejeita a comercialização e valoriza a autenticidade do local para produção artística, é convertida em capital econômico por atores variados (artistas, empresários, residentes, indústria de desenvolvimento), visto o alto valor simbólico que o capital cultural possui no espaço, dessa forma, há uma valorização econômica dessa disposição estética, o que acarreta no aumento dos preços dos imóveis. Segundo LEY (2003), a valorização social das competências culturais do artista, traz seguidores com maior capital econômico para a região. A ação desse agente no espaço acaba por resignifica-lo pois a reconfiguração de matéria envolve a reconfiguração do significado de alto, um ato, portanto, como analisa LEY (2003), de converter “lixo” em produtos de valor.

Dessa forma, a relação da gentrificação com o artista é frequente, devido à valorização do capital cultural entre as classes médias, o que acarreta também a atração de uma população com maior capital econômico ao local, que não necessariamente fazem parte do campo artístico. O processo tipicamente ocorre de forma gradual em relação a proximidade com a disposição estética e cultural com o artista: inicialmente professores, estudantes, intelectuais, jornalistas, produtores culturais, para posteriormente serem seguidos da ocupação por advogados, médicos e finalmente por empresários. Nota-se a transformação do espaço de alto capital cultural e baixo capital econômico para uma posição de baixo capital cultural e alto capital econômico (Ley, 2003).

Todavia, o artista frequentemente julga com desdém o sistema de mercado e a transformação em *commodity* que é realizada pelo mercado de produção em massa, que acaba por simplificar o ato criativo para favorecer a linguagem do lucro. Porém a antipatia que os artistas possuem dos empresários não é mútua, e os locais frequentados por eles acabam se tornando um recurso de valor para os empresários.

Dessa forma, o processo de gentrificação segundo o autor, é propício nestas áreas que possuem alto valor simbólico e baixo capital econômico, visto que é atribuído valor econômico a esta efervescência cultural, o espaço então do “lixo” torna-se arte e por fim *commodity*. LEY (2003) analisa que a configuração social atual de economia neoliberal que foca em uma sociedade mais individualista se apropriou da produção cultural:

“There has been movement from festivals to festival markets, from cultural production to cultural economies, to an  
p. 31

intensified economic colonization of the cultural realm, to the representation of the creative city not as a means of redemption but as a means of economic accumulation.”

A análise de Ley é interessante pois ajuda a explorar alguns pontos contestados da teoria de Smith, por exemplo: o que dá origem ao diferencial de renda? E também, como identificar o processo de gentrificação antes de expulsar a população local? Ou quais os fatores que provocam a elevação de renda potencial num determinado fragmento urbano? (Pereira, 2010).

A partir da teoria de Ley da desigualdade de capital cultural e capital econômico presente em um local, pode-se estabelecer uma hipótese e reflexão acerca dos fatores que determinam os potenciais de valorização presentes nestes locais da cidade (Pereira, 2010). Dessa forma, pode-se analisar como um indicador da gentrificação estas mudanças estéticas do espaço físico. Todavia a teoria de Ley é contestada por não explicar as origens desse padrão estético e de consumo atual, que pode ser analisada por alguns autores como um desdobramento da estratégia de reprodução do capital que atinge a vida social, à vista disso, que os aportes utilizados pelo autor sejam somente as causas aparentes do processo (Pereira, 2010).

Teóricos que analisam o urbanismo neoliberal contemporâneo, identificam estas mudanças culturais dos padrões de consumo e modos de vida, como reflexos da mudança da forma de acumulação do capital, do modelo fordista para um regime de acumulação flexível (Harvey, 1992, p.163-176 apud Pereira, p.318, 2010). Dessa forma, o urbanismo neoliberal promove uma “rede de ideologias que importam não só modelos político-econômicos, mas também padrões de consumo e modos de vida, o urbanismo neoliberal expande processos de gentrificação como padrões de se fazer e viver o espaço urbano”. (Siqueira, 2010, p.399).

Esta mudança cultural estaria atrelada à transformação da sociedade moderna em pós-moderna, para usar os termos de Harvey, pois um modelo pautado em ideias iluministas de racionalidade e ordem torna-se um modelo pautado no caótico, no efêmero, fragmentário e descontínuo, na qual tudo se torna imediato, uma série de presentes puros e não relacionados no tempo, o que segundo Harvey (2007), acarreta em uma sociedade esquizofrênica.

Porém, apesar das teorias analisarem o processo de formas distintas, Smith salienta que elas não se excluem e são apresentadas como complementares, “além de compartilharem uma perspectiva essencial: a ênfase na preferência dos consumidores e



nas restrições dentro das quais essas preferências são implementadas” (Smith, 1996, p.50 apud Martins, 2015).

Os centros urbanos, desse modo, tornam-se além de “importantes escoadouros de capitais produtivos e rentistas empregados no desenvolvimento imobiliário”, “incubadores de novas mercadorias, necessidades de consumo e estilos de vida num regime de acumulação não mais capitaneado pela atividade industrial, mas pela produção de bens simbólicos” (Harvey, 1989, p.11 apud Pereira, p.319 2010).

Este urbanismo neoliberal, em conjunto com o Estado, transforma a gentrificação em uma parte ativa das políticas públicas com a guinada do gerenciamento empresarial da cidade, na qual responde aos interesses de acumulação através de planos estratégicos e projetos em áreas pontuais, não somente geograficamente centrais, porém no momento colocados como centralidades<sup>17</sup>.

Para a legitimidade desses planos estratégicos e projetos é construído um discurso que omite os reais impactos do processo, este composto por frases que criam um imaginário a área como “recuperação”, “revitalização” “cidade mais humanizada”, entre outros artifícios linguísticos. Neste discurso a arte e cultura são instrumentalizadas afim de garantir consenso favorável ao processo, e promover a área a um padrão de consumo de maior poder aquisitivo que da atual população residente. Este uso cria um discurso difícil de ser deslegitimado, pois, como questiona ARANTES (2000): quem seria contra a arte e cultura?

Também é presente neste discurso a estetização da pobreza através da construção de um imaginário do local como um espaço “cosmopolita”, diverso socialmente que mistura a subcultura e a alta cultura. Esta produção da cidade pode ser caracterizada pela ocupação desses espaços “revitalizados” por uma classe média “ativista” que acredita que pequenas ações pontuais na cidade podem mudar a realidade e criar um consenso social, por exemplo o baixo uso de uma praça ou outro equipamento público pode ser resolvida, segundo esta visão, através de intervenções culturais ou melhora na infraestrutura, dessa forma, o espaço é “revitalizado” e “melhorado”. Porém estas ações pontuais tendem a serem destinadas a uma camada de alto poder aquisitivo da população e não repara os reais problemas presentes na questão, além da ideia ativista da “cidade feita para pessoas” utilizada por esta camada, reflete

---

<sup>17</sup>Centralidade: não é um fato, mas um processo social, uma imposição espacial de poder econômico e político. SP já teve diversas centralidades, segundo Mariana Fix

intervenções urbanas em cidades europeias e norte-americanas que foram afetadas pelo processo de gentrificação.

Este processo, dessa forma, não só remove a população do bairro para dar espaço a uma classe mais abastada, porém retira e se apropria da identidade do cultural e sua característica geográfica local, permitindo a criação da narrativa legitimadora da gentrificação ocorrer. Transformando-os em áreas para o consumo e moradia de uma classe mais abastada, levando à expulsão da população residente de baixa renda (apud. Zukin 2000; Harvey 1992)<sup>18</sup>. Dessa forma, um processo de reconstrução do espaço e das relações no entorno dele.

O processo de gentrificação de Soho em Londres em 1970 exemplifica a questão, ao incentivar à reciclagem dos lofts pela comunidade local de artistas, reabilitando áreas degradadas convertendo-as em galerias, boutiques, residência de artista e restaurantes, provocando a migração forçada dos antigos moradores. Em São Paulo, um caso similar ao de Soho é o da Vila Madalena, atual local da boemia que concentra arte, atividades culturais e bares. Antigamente esta região era composta por muitos cortiços e habitações de população mais modesta, sendo esta expulsa por conta da valorização da região através de sua transformação em polo cultural da cidade.

Em suma, para este processo ocorrer e funcionar baseado na lógica neoliberal, a moradia deve ser produzida, conforme os gostos de determinado *habitus*, e negociada como uma mercadoria, sendo cada vez mais privatizada, flexibilizada e desregulamentada afim de cumprir com seu objetivo de ser capital. Dessa forma, cada vez mais torna-se difícil o acesso ao direito à moradia para as populações mais vulneráveis, estando à mercê da especulação imobiliária agressiva com fins de gerar lucro (Duran, 2016).

### 3.5 Direito à Cidade

A forma como a produção das cidades foi realizada sempre se baseou em decisões centradas em um pequeno grupo político ou econômico, que acreditava que sua visão utópica da cidade, a “a cidade dos sonhos” que imaginavam, seria o melhor modelo a ser implementado, sem analisar opiniões de outras partes.

---

<sup>18</sup>Gentrificação e Políticas de Revitalização nos Centros Históricos no Brasil: processos que levam ao déficit habitacional, Patrícia da Silva, Geórgia; Figueiredo Ferreti, Sergio; Sette, Edileuza

O período modernista representou bem esta ideia de decisão centrada e autoritária em relação à produção e visão de futuro da cidade. O movimento possuía a crença no progresso linear, nas verdades absolutas e no planejamento racional de ordens sociais ideais sob condições padronizadas de conhecimento, dessa forma uma produção pautada em ideais positivistas, tecnocêntricos e racionalistas (Harvey, 2007). A urbanização de massa, segundo Harvey (2007), foi um dos locais que floresceu o movimento modernista, afim de enfrentar problemas psicológicos, sociológicos, técnicos, organizacionais e políticos, “pela ordem, promover a liberdade” foi um dos slogans de Le Corbusier.

Os arquitetos e urbanistas estavam então pautados neste modelo, ensinado quase de forma ortodoxa, que analisava como as cidades deveriam funcionar, o que deveria ser bom para os negócios e população presente nelas. Porém as cidades são muito distintas entre si e com realidades diversas e quando essas realidades interpõem sobre o aprendizado adquirido, produtores da cidade colocam a realidade de lado, montando a cidade conforme estes ideais autoritários (Jacobs, 2000).

Visto que a utopia expressa valores de poucos indivíduo e que a construção da cidade não possuía participação popular, a cidade era produzida a partir dessa lógica autoritária e centrada em valores de uma elite política e econômica, não correspondendo com as demais utopias da cidade dentro da sociedade.

Em vista da dinâmica capitalista de produção do espaço que provoca desigualdades e segregação nas cidades, tensões sociais estão surgindo, provocando fissuras e crises em relação ao processo urbano, com o surgimento, em âmbito global, de movimentações questionando as desigualdades e em relação a forma como se dá o desenvolvimento urbano. Este questionamento está relacionado à produção e apropriação do espaço urbano, logo vários movimentos têm reivindicado pelos o direito à cidade.

O direito à cidade surge então como forma crítica ao modo de produção da cidade tradicional vigente. Este direito abrange diferentes aspectos, como o direito de se ter acesso e poder viver na cidade assim os direitos de cidadania, e a participação na produção da cidade. O direito à cidade, dessa forma, é essencial para efetivação plena dos demais direitos do cidadão.

Este direito, portanto, representa uma “utopia processual”, na qual se pensa em um projeto coletivo de cidade, com fortes disputas sociais e territoriais presentes no

processo. Atualmente algumas situações estão revertendo este processo autoritário de cidade e buscando o ideal da construção conjunta à população. O Minhocão pode ser colocado como exemplo desse processo, visto que o futuro da via está sendo amplamente debatido, algo com significativo simbólico devido à sua construção ter ocorrido de forma autoritária.

Também, o direito à cidade, diferentemente dos direitos humanos, que em sua maioria são direitos individuais, é um direito coletivo, segundo o qual somente por meio da ação coletiva da sociedade é desejável que se modifique à cidade. Este direito vai além do acesso individual aos recursos da cidade, mas é um direito de mudar e reinventar a cidade, um desejo coletivo, pois visa o exercício de um poder coletivo sobre o processo de urbanização (Harvey, 2014, p.28)

Esse direito está relacionado a ideia que o homem recria a si mesmo ao recriar a cidade, logo recria seus valores, o contexto no qual está inserido e o que almeja para o futuro na construção da cidade. A reivindicação pelo direito à cidade é uma forma de retomada pelos cidadãos da produção do espaço urbano, logo do desejo da população na construção da cidade, realizando, por meio de disputas, seus desejos mais íntimos, o tipo de pessoas que querem ser e que tipo de relações sociais buscam.

Como visto, atualmente a produção da cidade, apesar de ocorrer por meio de disputas, tende obedecer aos interesses de uma elite econômica e política, que possui condições de atuação privilegiadas. Dessa forma a produção atual da cidade, expressa os interesses deste grupo, assim como seus valores na construção da cidade, não tomando a posição dos cidadãos para tal. Apesar do ideal de direito à cidade, ainda se mantém estas estruturas de poder ao manter a ideia de cidade-empresa. Isto posto, se contesta até que ponto ocorre o direito à cidade nestas iniciativas de debate aberto, como o Minhocão, visto que apesar do espaço ter sido aberto à população, ainda assim os interesses do capital estão presentes e se colocam na disputa de forma central.

Segundo Harvey, se os movimentos se unissem em torno da reivindicação do direito à cidade, sua exigência deveria ser o maior controle democrático sobre a produção e o uso dos excedentes. “ Uma vez que o processo de urbanização é um dos principais canais de uso, o direito à cidade se configura pelo estabelecimento do controle democrático sobre a utilização dos excedentes na urbanização” (Harvey, 2014, p.61). O aumento do poder sob esse excedente só funcionará se o Estado ser democrático referente a estas questões. A reivindicação pelo uso de excedentes deve-se concentrar na

oposição aos processos de gentrificação, reivindicando o direito à uma cidade democrática.

#### 4. Dados e Informações Recolhidos

Os dados e informações focam na identificação dos atores, na compreensão de sua forma de organização e relações que possuem entre si. Também foi realizada uma análise das transformações - tanto físicas quanto simbólicas - do elevado por meio de uma análise das mídias e observação no campo.

##### *Campo e Entrevistas:*

Foram realizadas cinco visitas ao campo, a primeira foi realizada em um domingo, fazendo um percurso pelo arredor das ruas, de manhã e à tarde, além uma caminhada pelo Minhocão e na parte da rua abaixo dele. A segunda e terceira visita foram realizadas à noite somente pela rua abaixo do Minhocão e seus arredores. A quarta visita foi realizada a um domingo de manhã, não somente pela região do Minhocão, mas por ruas próximas também e a quinta visita foi realizada a tarde durante a semana na parte de baixo da via.

Foram realizadas nove entrevistas, a primeira ocorreu antes da aprovação do PIBIC, realizada via Skype com um morador da região. A escolha do morador foi por ele ter iniciado o debate sobre a gentrificação no grupo de Facebook “Parque

Minhocão”, Como ainda não havia uma elaboração metodológica, a entrevista foi uma conversa na qual ele elucidou o porquê havia trazido à tona a questão da gentrificação. A segunda entrevista ocorreu na segunda audiência pública com participantes dos Movimentos “Desmonte Minhocão” e “SP Sem Minhocão”. As seguintes entrevistas foram realizadas individualmente com cada ator, todas marcadas via e-mail: Alexandre Moreira do SP Sem Minhocão, os vereadores Police Neto, Gilberto Natalini, Athos Comollati, o prefeito Fernando Haddad, secretário da Secretaria Municipal de Desenvolvimento Urbano de São Paulo Fernando de Mello Franco.

#### *Projetos de Lei e ações do Ministério Público:*

A pesquisa tem em vista os seguintes projetos de lei e ações do MP:

- PL 10/2014 – Projeto de Lei do Parque Minhocão. Este projeto foi no final de 2015 alterado aos alguns coautores se retirarem e outros entrarem.
- PL 22/2015 – Projeto de Lei que determina o fechamento do Minhocão aos sábados a partir das 15h
- PL 439/2015 – Projeto de Lei que modifica o nome do Elevado Costa e Silva para Parque Minhocão aos finais de semana.
- PL 288/14 - Muda o nome do Elevado Costa e Silva para Elevado Presidente João Goulart. Autoria do vereador Eliseu Gabriel (PSB).
- PL 259/2016 do vereador Police Neto que institui o “Museu de Arte Urbana Parque Minhocão” sua curadoria e forma de seleção dos Artistas, Grupos/Coletivos.
- MP nº 43.0279.0000153/2016-7 – Inquérito Civil em relação aos usos compatíveis do Elevado Costa e Silva em virtude de insegurança e incomodidade.

#### *Audiências e Fóruns:*

Foram realizados dois fóruns relacionados ao debate do destino do Minhocão e os impactos provocados pela construção, e duas audiências públicas para debater o fechamento da via aos sábados, domingos e feriados, durante as 24 horas, sendo que na época o fechamento a automóveis se dava apenas aos domingos. Os fóruns foram

realizados antes do início da pesquisa e estão disponíveis em vídeo no website da Câmara dos Vereadores.

A primeira audiência pública sobre o PL 22/2015 chegou à resolução do fechamento aos sábados 15h para automóveis. A segunda audiência pública foi cancelada e possuía o fim de debater seu fechamento para automóveis durante a semana por um intervalo de tempo maior. A audiência ocorreria sobre o elevado, com estimativa de 300 participantes, sendo remarcada como uma reunião extra-agenda em dezembro, na qual somente Natalini compareceu para reger a mesa e houve pouca divulgação da audiência. A primeira audiência ocorreu antes do início da pesquisa e está disponível em vídeo no website da Câmara dos Vereadores e nos grupos de Facebook, todavia foi possível comparecer à reunião extra-agenda.

### *Documentários*

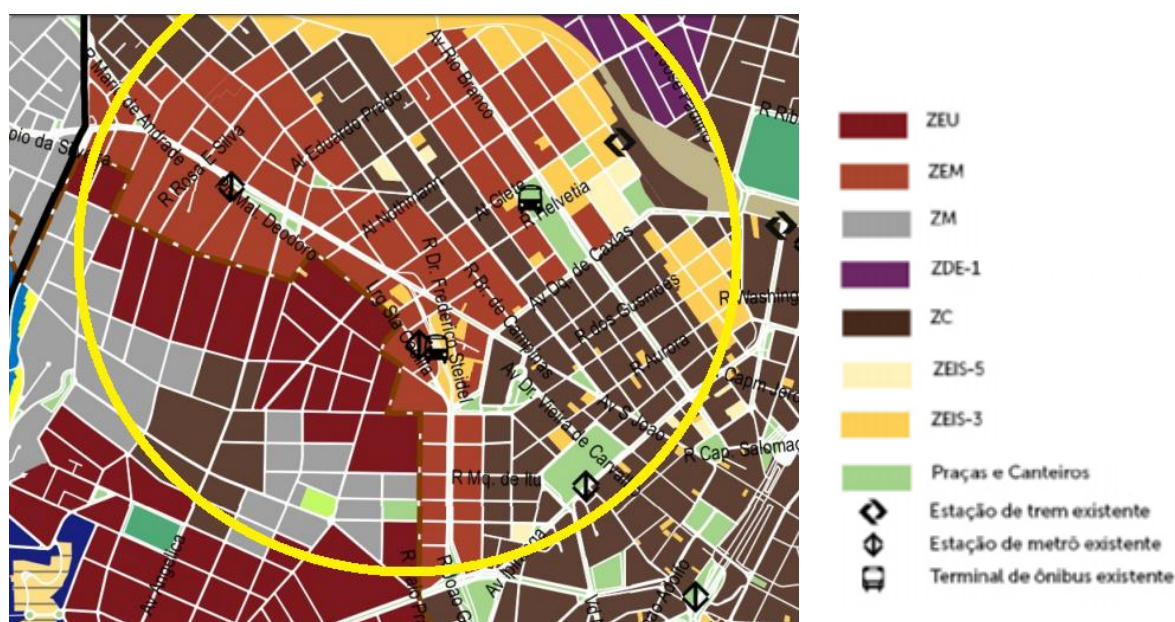
Para obtenção de parte dos dados secundários, foram utilizados documentários relacionados ao tema: “Elevado 3.5” (2007), “Ponto de vista” (2016) e “Arte e Território” (2016). O primeiro documentário faz um retrato da população que habita o entorno do elevado e sua relação cotidiana com a construção. O documentário “Ponto de Vista” retrata, a partir de pontos de vistas diferentes, as dinâmicas de alteração do espaço geográfico e medidas para que os moradores do entorno não sofram com as consequências da gentrificação.

Diferentemente dos outros, o documentário “Arte e Território” retrata a ocupação do centro da cidade por artistas, utilizando artistas para descrever este processo e os significados do centro da cidade para si, assim como as alterações espaciais decorrentes desse processo.

#### 4.1. Plano Diretor Estratégico e Zoneamento

O Plano Diretor Estratégico, além de estabelecer a desativação do Minhocão possui algumas políticas que impactaram a área que compreende o elevado, assim como a nova lei de zoneamento do município.

A região estudada está compreendida dentro do círculo amarelo na figura 3, o mapa representa o novo zoneamento de São Paulo (Lei nº16.402 de 22 de março de 2016), especificamente da região da Subprefeitura da Sé.



**Figura 3:** Zoneamento 2016 no distrito Santa Cecília

Fonte: Lei nº16.402 de 22 de março de 2016

Nota-se pelo mapa que região possui em maioria: Zonas de Estruturação da Transformação Urbana (ZEU), Zonas de Estruturação e Transformação Metropolitana (ZEM), Zonas Mistas (ZM), Zona de Centralidade (ZC), Zona de Interesse Especial (ZEI-3 e ZEI-5).

A ZEM e ZEU são áreas na qual se objetivam a promoção do adensamento construtivo, populacional, atividades econômicas e serviços públicos, a diversificação de atividades e a qualificação paisagística dos espaços públicos, ambas estão inseridas na Macrozona de Estruturação e Qualificação Urbana.

As ZEIS são porções do território destinadas à moradia digna para população de baixa renda, por meio de políticas de melhorias urbanísticas, recuperação ambiental, regularização fundiária, Habitação de interesse social (HIS) e/ou Habitação de Mercado Popular (HMP), a serem dotadas de equipamentos sociais, infraestrutura, áreas verdes, comércios e serviços locais.

A ZEIS-3 propõe recuperar áreas urbanas deterioradas e aproveitar os terrenos e edificações não utilizadas ou subutilizadas para construção de novos empreendimentos com HIS, HMP ou atividades não residenciais. A nova lei, coloca também que em

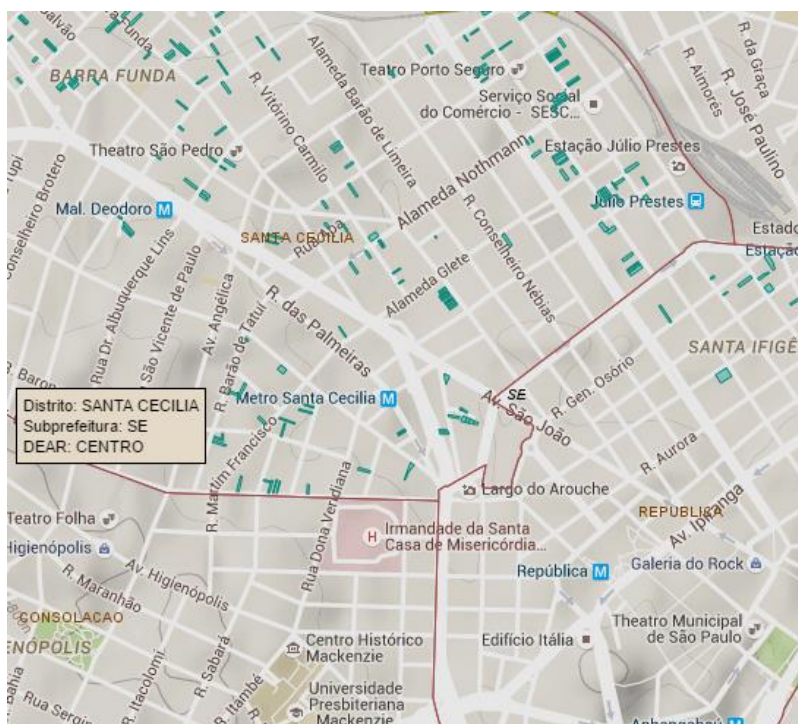


empreendimentos de interesse social, serão considerados não computáveis até 20% da área construída para usos não residências, como forma de estimular dinâmicas econômicas e integração territorial com os empreendimentos habitacionais. Os percentuais mínimos de área construída para HIS 1 e 2 de 50% para ZEIS 3.

A ZEIS-5 é um zoneamento novo na cidade, direcionado para uma produção mais diversificada, em áreas vazias ou subutilizadas com boa infraestrutura e que haja o interesse privado em produzir empreendimentos habitacionais de mercado popular e de interesse social.

Atualmente o PDE 2014 delimita que a HIS deve atender uma população que ganha de zero a seis salários mínimos, sendo a faixa 1 de zero a três 3 salários mínimos, dessa forma, em diálogo com o Programa Minha Cada Minha Vida, e com foco a população mais vulnerável, visto que o PDE de 2002 atendia a população de zero a dez salários mínimos, porém devido à valorização do salário mínimo, o poder público acredita que parte dessa população não necessitaria da do incentivo das HIS.

A região possui, conforme o mapa da HabitaSAMPa, muitas habitações precárias, na figura 4 foi realizado um mapeamento dos cortiços na área. Dessa forma, além da população que reside por meio de alugueis na região serem de baixo poder aquisitivo, ainda assim há uma população mais vulnerável presente também.



**Figura 4:** Mapa dos Cortiços no distrito Santa Cecília

Fonte: HabitaSampa mapa disponível em <http://mapa.habitasampa.inf.br/>

O PDE 2014 também trouxe mudanças significativas para a produção do território em São Paulo. Um exemplo são as mudanças do coeficiente de aproveitamento, que possui uma cota-parte mínima e máxima de terreno por unidade que pode ser construída em determinadas áreas. Este coeficiente está relacionado com a delimitação de cada Zona, e possui o intuito de controlar as densidades construtivas e demográficas em relação aos serviços públicos e infraestrutura existente e planejada. Por exemplo, se uma pessoa possui um terreno de 200m<sup>2</sup>, ela só poderá construir um imóvel de no máximo 200m<sup>2</sup>, caso queira construir acima disso, logo prédios com muitos andares, ela deverá pagar uma taxa para prefeitura (outorga onerosa).

A região que compreende o Minhocão possui a seguinte delimitação de coeficiente:

<b>Tipo</b>	<b>Zona</b>	<b>C.A Mínimo</b>	<b>C.A Básico</b>	<b>C.A Máximo</b>
<b>Transformação</b>	ZEU	0,5	1	4
<b>Transformação</b>	ZEM	0,5	1	2(d)
<b>Qualificação</b>	ZM	0,3	1	2
<b>Qualificação</b>	ZEIS-3	0,5	1	4(g)

**Tabela 1:** Coeficiente por tipo de zona

Fonte: produção própria, dados da Lei nº16.402 de 22 de março de 2016.

Dessa forma, terrenos com mais de 250m<sup>2</sup> sem nenhum aproveitamento ou com aproveitamento inferior ao coeficiente mínimo de cada Zona serão considerados subutilizados. O proprietário deve então protocolar em um ano o pedido do parcelamento ou edificação e em até dois anos devem apresentar o alvará de execução. Caso sejam descumpridos os prazos determinados, a prefeitura deverá aplicar sobre esses imóveis uma alíquota progressiva de IPTU e após 5 anos a prefeitura poderá desapropriar com pagamento em títulos da dívida pública. Caso o imóvel seja abandonado, a prefeitura poderá arrecada-lo em nome do município.

Outra alteração do PDE é em relação à quantidade de andares de prédios novos, sendo permitido para áreas próximas de linhas de metrô, trens e corredores de ônibus, a construção de prédios maiores com uma área construída até quatro vezes maior que a área do terreno e sem limite de altura, estes prédios poderão ter apartamentos de até 80m<sup>2</sup> e uma vaga na garagem. O objetivo é compactar e adensar a cidade, proporcionando o aumento da quantidade de pessoas a utilizar o transporte público. Todavia, prédios novos nos miolos dos bairros só poderão ter até oito andares.

Também, caso seja realizado grandes projetos urbanísticos, as construtoras terão de financiar HIS. Esta política institui, portanto, a cota solidariedade, na qual construções de 20.000 m<sup>2</sup> devem destinar 10% da área para HIS de até seis salários mínimos, ou doem um valor de 10% da área ao Fundo de Desenvolvimento Urbano (FUNDURB)<sup>19</sup> para que a prefeitura construa os imóveis.

A região, dessa forma, possui muitas áreas com o coeficiente máximo de construção, todo acima de 1 e áreas próximas a metrô e terminais de ônibus, o que garante a lei do PDE de construir prédios de altura ilimitada e até quatro vezes o terreno, assim, atrativo ao mercado imobiliário. Todavia, a área possui ZEIS 3 e 5, mas em parcela pequena.

#### 4.2 Atores identificados e características

Através da observação de audiências públicas, fóruns, grupos de discussão e reportagens acerca do tema, é possível perceber atores que se destacam nas disputas em torno do futuro do Minhocão. Na pesquisa foi possível discernir os atores principais presentes nos movimentos, os agentes do poder público envolvidos na discussão e a posição tanto em relação ao debate, quanto em relação a posição social que ocupam, baseado nos diferentes acúmulos de volume total de capitais, além de uma percepção de sua vertente política e forma de organização.

Os agentes do poder público destacados na discussão são aqueles envolvidos nas mesas das audiências públicas. Os mesmos foram os coautores do projeto (PL 01/2014) de criação do Parque Minhocão. Ao identificar somente os que foram incluídos no PL, não se obteve uma atitude homogênea de apoio ao mesmo, visto que com o decorrer do processo alguns retiraram o apoio e o nome (Floriano Pesaro e Natalini), e outros foram recentemente incluídos (George Hato e Aurélio Nomura). Os agentes públicos identificados são: os vereadores José Police Neto (PSD), Nabil Bonduki (PT), Toninho Vespoli (PSOL), Ricardo Young (PPS), Goulart (PSD) Natalini (PV) e Florianio Pesaro, George Hato (PMDB) e Aurélio Nomura (PSDB). Também se destaca o prefeito Fernando Haddad do Partido dos Trabalhadores (PT), por participar da discussão e ser decisivo para as decisões da cidade de São Paulo.

---

<sup>19</sup> Determina a destinação dos recursos provenientes da outorga onerosa

Foram entrevistados os vereadores Police Neto (PSD) e Gilberto Natalini (PV), o prefeito Fernando Haddad (PT), e o Secretário de Desenvolvimento Urbano de São Paulo, Fernando de Mello Franco, os últimos brevemente. Apesar de haver outros políticos de interesse na questão, os escolhidos representam, primeiramente entre os vereadores, opiniões divergentes sobre o caso, e em relação ao prefeito o peso político que possui para definição do futuro da via. A entrevista com os vereadores ocorreu nos respectivos gabinetes na Câmara dos Vereadores, com o contato realizado via e-mail. As perguntas ao prefeito Haddad foram realizadas em um encontro proporcionado pela FGV-EAESP na eletiva de “Direito à cidade” do professor José Henrique Bortoluci, também no mesmo dia foi realizado um encontro com o secretário de desenvolvimento urbano do município.

A associação Parque Minhocão possui um aliado político importante à proposta da construção do parque, o vereador Police Neto, proponente do PL 01/2014, que cria o parque, além de outros projetos de lei referentes a mudança do nome e fechamento da via aos sábados, dessa forma, um entusiasta da proposta e ator presente nos fóruns e audiências. Em entrevistas, comenta que foi chamado para participar da Associação desde sua formação, pois possui alguns amigos envolvidos e estes sabiam de suas ideias em relação à temática. Apesar de participar da associação, diz manter diálogos com o MDM e SP Sem Minhocão, na perspectiva de encontrar uma solução para situação ou consenso. Também reconhece que a região possui uma população que trabalha no centro e existe uma acirrada disputa em relação ao tema.

Para criação do parque, Police Neto acredita ser necessária a realização de um estudo para analisar quanto custa a implantação mínima de um parque ou de um desmonte, assim como, dos possíveis impactos que podem surgir nos dois cenários. Ele acredita que o projeto deve “gastar o mínimo para realizar o máximo” e que existe possibilidade dele ser desmontado no futuro, mas entende que “a perspectiva de parque é mais interessante e possa servir por um longo período a região”. Também analisa que nos últimos anos tem ocorrido um aumento dos usuários do Minhocão, de grupos diversos, assim como manifestações culturais que considera impulsionadas pela feira gastronômica de 2011.

Nota-se que o vereador realiza pressão para viabilização do parque, entre os indícios estão a proposta de realizar a audiência pública sobre o elevado, logo, o revalidando como espaço de uso público e cidadão e por meio desta audiência,

possibilitar a mudança de horário do fechamento da via para automóveis às 20h ao invés do horário atual das 21h30, o que acarretaria na necessidade de gestão e manutenção - limpeza, segurança, planejamento- desta. Também outro indicio de pressão é o recém aprovado PL 439/2015, de sua autoria, que muda o nome do Elevado Costa e Silva para Parque Minhocão aos finais de semana, afirmando a ideia do parque, além de afirmar em entrevista que realiza um *advocacy* na câmara em relação à causa. Recentemente procura aprovar o PL 259/2016 que visa legitimar o uso do espaço público pelos artistas e também democratizar o acesso à cultura por meio da instituição do “Museu de Arte Urbana Parque Minhocão” e da constituição para tal de uma curadoria, dessa forma, legitimando a ideia do parque e sua relação com as manifestações culturais e sendo um impedimento para a realização do desmonte.

Segundo ele, as mudanças para um parque serão “menos nocivas que um desmonte”, pois acredita que as mudanças socioeconômicas não ocorrerão em um curto espaço de tempo, visto que a transformação para um parque seria algo, para ele, gradativo de 10 a 15 anos, possibilitando neste tempo realizar políticas para evitar o processo de gentrificação. Em relação à gentrificação, comenta que o PDE deu dispositivos para evita-la, como ZEIS nos novos empreendimentos para população que possui menos de 6 salários mínimos. Também comentou que a lei específica que será criada deve definir regras claras de reserva de áreas para população de menor renda.

O vereador analisa como uma “grande conquista” a extensão do uso para pessoas aos sábados e o reconhecimento aos finais de semana como Parque Minhocão, tendo como atual foco a redução do horário de carro a partir das 20h e início as 7h, possibilitando pequenos ajustes, em sua opinião necessários como segurança, limpeza, regras do período de utilização entre outros. A mudança do nome, como afirmou enfaticamente na entrevista, ser só aos finais de semana possibilitou o início do processo de criação de um conselho gestor, ainda não definido, que represente a gama de usuários e vizinhos da região, além de segurança e dar um outro significado à via, enfrentando a “carro-dependência”.

Em relação ao projeto do escritório de arquitetura Triptyque -uma proposta para a implementação do parque Minhocão, na qual afirmavam que já estavam em contato com a prefeitura- analisa como “mentira e um marketing realizado pela empresa” sem possuir contato real com a prefeitura a respeito do projeto, dessa forma, não há nada consolidado em relação a sua realização e a divulgação que seria realizada é só um

processo de marketing que não foi acertado ou conversado com o poder público. Outro projeto realizado que possui uma temática similar é o Marquise Minhocão, que não é considerado pelo vereador um modelo válido, ao afirmar não acreditar no “modelo prato feito” e sim na construção cotidiana como o minhocões, grupo de corredores entre outros grupos que foram se formando espontaneamente.

Sobre a proposta de Haddad de fechar a via para experimento, o vereador é contrário à ideia, pois afirma que seria um “teste e laboratório de política”, sem um estudo prévio dos impactos. Dessa forma, julga necessária a realização de estudos e planejamento para a sua desativação progressiva, pois ao realizar uma experiência, criaria hábitos, empoderamento do espaço e rotina, sendo prejudicial a população caso voltasse a se tornar uma via de carros novamente.

Através dos debates e dos interesses dos grupos, o vereador também analisa como perspectiva para o futuro da região que há uma “vontade saudosista” de se recuperar o antigo boulevard da São João e um desejo por parte da população de haver um parque elevado que dialoga com os imóveis no entorno, um elevado com maior luminosidade, formas de acesso pelo canteiro central e prédios que sirvam de acesso ao parque. Coloca, porém, que deve ser um processo gradativo e algo para ser abordado durante o período eleitoral.

Em entrevista, o vereador Natalini apresentou uma ideia similar à de Police de “revitalizar” a Avenida São João, porém afirma que evoluiu sua visão para um desmonte planejado e acompanhado de uma solução para o trânsito, tudo embasado em estudos técnicos de impacto e custos e, assim como Police Neto, acredita que o processo deve ser algo gradativo.

Em vista de sua posição que o Minhocão é uma “estrutura condenada”, o vereador assinou o projeto de lei do parque Minhocão, segundo ele, a pedido do vereador que o propôs. Porém após conversar com técnicos e moradores do local, concluiu que “a implantação do parque possui prós e contras e que a população do entorno não quer aceitar o parque devido a incomodidade urbana que o parque trás”, na medida em que fica na altura da janela das pessoas. Somente o vereador Natalini explicou o motivo de retirar o apoio ao projeto do parque, afirmando em audiência pública que após analisar os dados apresentados no debate, percebeu que a melhor alternativa seria o desmonte do Minhocão, porém quando questionado a criar um PL para o desmonte do elevado, não respondeu à pergunta.

Apesar de sua posição declaradamente a favor do desmonte, não propôs nenhum projeto de lei com esta temática, pois afirmou que não é atributo do vereador fazer projetos de lei, que seria ilegal e inconstitucional, sendo responsabilidade do poder executivo. Porém ao ser questionado em relação a constitucionalidade do PL (do parque) de Police Neto, ele afirmou que aquilo era um “projeto de lei autorizativo” e que um vereador não possui incumbência legal de criar nenhuma estrutura ou derrubá-la, somente o prefeito.

Isto posto, questionei se existe algum projeto de lei autorizativo em relação ao desmonte, e o vereador relatou que não sabe se há e que não há necessidade para criação de um, pois o importante, segundo ele, é existir a ação de um movimento social em conjunto com vereadores para realizar pressão nas decisões do prefeito. Também afirma que não acredita que até o final de 2016 grandes coisas irão acontecer, porém vê como expectativa para o futuro a “revitalização da São João”.

Natalini declarou que “luta pela criação de parques nas cidades”, porém não considera que cabe na via um parque, devido a incomodidade que irá provocar aos moradores. Reconhece que faltam espaços de lazer para essa população, e que a criação do parque augusta seria uma alternativa para população da região central e uma ação plausível. Em entrevista comentou que o Minhocão foi construído em uma época em que a expansão do carro era crescente na cidade e a preocupação com a sustentabilidade era pequena, dessa forma a construção representa para ele uma “agressão muito grande à cidade”.

Em relação à gentrificação, o vereador analisa que o aumento de aluguel é um problema da cidade, porém “isto não pode ser um impedimento para não se realizar políticas de revitalização”. Para tal, coloca que a prefeitura deve fazer um projeto urbanístico e analisar como acudir a população que reside lá. O vereador afirma não saber a resposta econômica para o problema, porém não acredita que se deve ficar em um “estado de inercia”, pois, segundo ele, “toda melhora resulta em um impacto na questão imobiliária”.

Sobre a proposta do prefeito de experimentar um fechamento da via, Natalini se posicionou contrário à ideia, pois acredita que “um governo não pode ser da experimentação, mas do estudo técnico”. Reconhece que seria um grande desperdício de dinheiro público.

Vale ressaltar que ambos os vereadores são de partidos de oposição do atual prefeito, Fernando Haddad, ressaltando na entrevista muitos questionamentos em relação a suas políticas e suas posições.

Na conversa realizada com Haddad, foram levantados os pontos a respeito da gentrificação no local. As respostas, porém, se restringiram às políticas que o prefeito já havia realizado. Em relação à população em situação de rua, Haddad comenta que ela cresce, porém a taxas menores e comenta que havia moradores de rua em toda marquise do minhocão e atualmente apenas na praça Marechal Deodoro.

Em relação à gentrificação o prefeito pontua que este termo e a ideia de valorização são conceitos diferentes e que a cidade deve ser melhorada. Para evitar os efeitos da gentrificação ele comenta das políticas de ZEIS do município, que adensa o centro com moradias de interesse social.

Na conversa com o secretário de desenvolvimento urbano do município de São Paulo (SDU), Fernando de Mello Franco, ao ser questionado sobre a mediação do órgão em relação a caso, ele julga “não ser uma decisão que cabe ao governante, mas à população”, de forma que deve ser algo posto em discussão e decidido de forma pública.

Outro político importante no debate é Nabil Bonduki, atual secretário de cultura, também um dos idealizadores do projeto. Bonduki, em diversas entrevistas<sup>20</sup>, comenta sobre o uso misto do Minhocão, desmontando uma parte e mantendo outras, afirmando que é uma construção que marca a história da cidade e possibilita o uso para o lazer. Apesar disto, algumas de suas ações são tidas como controversas por parte dos grupos que apoiam o desmonte, visto que está presente na segunda versão do PL 10/2014, por ter ido ao Minhocão e aparecido publicamente com os que apoiam o parque, como está representado na Figura 5.

---

<sup>20</sup> Entrevista realizada na TV Gazeta e matéria na página de notícias da UOL 22/08/2014





**Figura 5:** dia 20/09/2015 segunda audiência pública anulada. Bonduki é o terceiro à da direita para esquerda.

Fonte: Grupo do Facebook Associação Parque Minhocão, fotografo: Felipe Morozini

Em relação aos movimentos que debatem o futuro do elevado, identificou-se a presença de três: Associação Parque Minhocão, SP Sem Minhocão, Movimento Desmonte Minhocão.

A *Associação Parque Minhocão* é uma organização sem fins lucrativos, criada em 2013. Atualmente possui um grupo aberto no Facebook para o debate, formado por diversas pessoas que apoiam o movimento. Segundo Felipe Morozini, um dos membros, a associação possibilitou a institucionalização do uso espontâneo, já existente, do Minhocão. Nota-se que a maioria das pessoas no grupo são pessoas jovens (15 a 30 anos) ligados à arte e cultura, preocupados com a cidade e inovação, utilizando-se das redes sociais e suas habilidades (design, fotografia etc.) para divulgar fotos dos eventos e da ocupação que ocorre aos finais de semana. Pelo debate ativo nas redes sociais, destaque em entrevistas, reportagens e participação ativa nas audiências públicas, nota-se uma certa liderança do movimento por Athos Comollati (formado na Escola Politécnica da USP) e Felipe Morozini (fotografo).

Formada por moradores e incentivadores do projeto como urbanistas, arquitetos, políticos e outros, seu objetivo central é a criação de um parque elevado linear, não possuindo uma proposta de como este deverá ser e ressaltam que não pretendem construir um projeto para tal, pois acreditam que deva ser realizado por meio de “um concurso público, coordenado pela prefeitura e pelo instituto dos arquitetos do Brasil,

após consulta dos moradores e frequentadores do espaço quanto ao programa arquitetônico e uso do parque”<sup>21</sup>. Apesar disto, são entusiastas da ocupação da área para lazer, fomentando seu uso e o incentivando para a ocupação espontânea da população, que já ocorre há mais de 25 anos.

Em entrevista, Comollati comenta que inicialmente o grupo era formado por três membros, incluindo ele, nenhum deles morador da região, e que, em vista da bial de arquitetura, na qual o tema era o High Line, ele comprou o apartamento em frente ao Minhocão para sediar esse evento e “fomentar a ideia do parque na mídia”. Após a bial, pensaram em como manter o assunto presente na mídia, e então começaram a campanha de fechar o Minhocão aos sábados “entre o final de 2013 e começo de 2014”. Em 2014 realizaram uma manifestação no aniversário da cidade pedindo o fechamento aos sábados, em vista disso, e com o contato com o vereador Police Neto, este começou a colher assinaturas para não só fechar aos sábados, mas criar o Parque Minhocão.

A associação se evidencia próxima aos agentes do poder público, e possui apoio dos mesmos, em relação aos outros movimentos. Dentre os que apoiam está o vereador Police Neto que divulga seu apoio explicitamente. Outro ponto relevante é sua atividade constante no grupo do Facebook, organizando por meio da rede social grandes eventos coletivos e possibilitar o debate de algumas ideias. Comollati comentou que inicialmente não possuíam relação com políticos, porém um dos integrantes do grupo possuía relação com o Police Neto e outro integrante com Nabil Bonduki, os integrou a proposta inicial de fechar aos sábados o Minhocão e posteriormente a ideia do Parque. Dessa forma, já é possível perceber que a Associação possui um volume de capital social e político elevado, o que lhes garante legitimidade em suas ações e possibilita identifica-los em uma posição social dominante.

No mesmo ano de 2014 Comollati relata que Police Neto os avisou que estava ocorrendo a discussão do PDE e propõem que a associação deveria participar a fim de inserir a ideia do Parque Minhocão no Plano. A associação então, começou a comparecer nas audiências e realizaram pressão em prol da ideia do parque, porém para o poder executivo não seria possível já determinar a via como Parque sem lei específica ou amplo debate, dessa forma, foi possível somente por meio do PDE garantir a desativação gradual do Minhocão como via de carros, com o destino a ser debatido e estabelecido por lei específica, abrindo margem a ideia de parque, desmonte ou solução

---

<sup>21</sup> Afirmação de Athos Comollati em entrevista para o website Arquitetura e Urbanismo para Todos do Conselho de Arquitetura e Urbanismo do Brasil CAU/BR

mista. “ O alvoroço da mídia em torno disso parecia que o Parque seria construído no dia seguinte”, por tamanha discussão e notícias. Em vista disso, segundo Comollati, apareceram dois grupos de desmonte, que “ideologicamente são diferentes”. Já foi tentado uma mediação da Associação com os grupos de desmonte pela câmara, porém, segundo Comollati, as posições são antagônicas e não há diálogo. Vale pontuar que as diferenças entre os grupos de desmonte vão além da visão política, como pontua o entrevistado “ideológica” ao pertencerem a espaços sociais diferentes, como será trabalhado a seguir.

Apesar da disputa pelo espaço, Comollati acredita que a inserção da população no debate está ocorrendo de forma ampla e resultando em produtos concretos, como a mudança do nome aos finais de semana e fechamento aos sábados. O parque, segundo a associação, “já existe, já é algo concreto, o que necessita é uma estrutura mínima, como guardas e banheiros”, uma estrutura que segundo ele, poderia ser móvel.

Em relação à questão do incentivo à ocupação, através grupo do Facebook foi possível notar que moradores da região que não fazem parte diretamente do núcleo do movimento, tomam a iniciativa de realizar intervenções no elevador, como aulas de yoga, doação de livros e grupos de corrida, não sendo necessária uma autorização da associação para realização dessas atividades, visto que se posicionam como um grupo que luta pela implementação do parque e o uso espontâneo pela população. Todavia, devido ao aumento destas atividades, as reclamações de barulho por parte dos moradores são constantes, sendo repudiadas pela associação ações que saiam das leis de uso do espaço público.

Em entrevista, Comollati comentou que a associação não promove as atividades que ocorrem no Minhocão, como a formação de grupos e intervenções artísticas, estas ocorrem de forma espontânea assim como a formação de grupos diversos. A associação, segundo ele, motiva o uso do local como parque por lutar por sua implementação, possibilitando manter a ideia de uso do espaço público ativa.

Em relação à proposta de Haddad de fechamento experimental da via, julga que será algo negativo ao movimento, pois atualmente, segundo ele, os carros mantêm o parque, devido à ocupação e uso do espaço se dar de forma gradual e progressiva. Comenta também que é de interesse dos movimentos de desmonte o fechamento experimental.

No que se refere à questão da gentrificação, inicialmente não havia uma preocupação dos líderes da associação, buscando o objetivo de transformar o elevado em parque, não analisando seus possíveis impactos. Em um debate no grupo quando essa questão foi problematizada por um dos integrantes, alguns participantes afirmaram a questão como algo natural da “revitalização”.

No início de novembro de 2015, a partir de uma reunião em 22/10 com o professor da FAUUSP Renato Cymbalista, a associação passou a se atentar à questão da gentrificação na região do elevado. O professor atua na *Associação Pela Propriedade Comunitária*, que tem como missão garantir a moradia acessível aos mais pobres, assim como garantir a moradia social, evitando assim a expulsão dos mais pobres.

Apesar de atentarem ao assunto, não colocaram a pauta para dentro da associação, mas somente declararam apoio à *Associação Pela Propriedade Comunitária* no intuito de diminuir o conflito entre aqueles que não querem a “melhoria do bairro” por temer sua valorização. Em vista de seu intuito de apoiar a *Associação Pela Propriedade Comunitária*, se questiona suas intenções de apoio, ao indicar que o realizam para atingir apoio político daqueles que se mostravam contra as mudanças na região do Minhocão, não realmente se atentando a questão da gentrificação ao não colocar como pauta da associação ou haver um debate mais aprofundado do tema na rede social.

Em entrevista ao documentário “Ponto de Vista”, Morozini, morador da região há 15 anos, afirma que o debate em relação a gentrificação pois ela é inerente a ideia do parque, devido a consequência de melhoria de vida. Em sua fala, afirma que o encarecimento será uma prova que a qualidade de vida das pessoas melhorou, questionando as pessoas de analisarem somente o lado negativo da situação. Acredita que a valorização é algo natural, principalmente na região do entorno que está atraindo jovens e artistas. Não é possível identificar por meio das falas de Morozini quais posicionamentos são seus e quais são os da associação.

Em entrevista, Comollati comenta que pessoas comentam que estão ocorrendo mudanças sociais e econômicas na região, mas acredita ser uma “coincidência imobiliária”, pois os lançamentos recentes correspondem as empresas querendo utilizar o antigo PDE e lei de zoneamento, dessa forma, os lançamentos atuais não correspondem ao parque, mas as mudanças nas leis. Também avalia que quanto mais a mídia fala da região, mais as pessoas têm interesse por ela e se mudam para lá, pois está

ocorrendo um processo de mudança da conotação negativa da área. Todavia considera ser uma mudança sutil, que não se nota.

Em outro polo das disputas, há os grupos favoráveis ao desmonte do elevado, o *SP Sem Minhocão* e *Movimento Desmonte Minhocão*. Ambos possuem a mesma ideia para o futuro do elevado, seu desmonte e revitalização de parques e praças, além da avenida que passa por baixo da região. Por meio de entrevista<sup>22</sup> com dois membros do *SP Sem Minhocão* e um do *Movimento Desmonte Minhocão*, foi possível perceber que o que levava à divisão entre os movimentos é a “ideologia política”, o *SP Sem Minhocão* se nomeia um grupo de esquerda, enquanto nomeia o *Movimento Desmonte Minhocão* um grupo de direita, todavia não ficou claro o que compreendem por “esquerda” e “direita”. Também se diferenciam no quesito de força política, visto que o *SP Sem Minhocão* não conta com apoio político ou membros que participam da área pública.

O *Movimento Desmonte Minhocão* foi criado depois que o Plano Diretor Estratégico colocou como opções a transformação do elevado em parque ou seu desmonte, reunindo pessoas do Conselho de Segurança e outras já ligadas a órgãos públicos. Os participantes são moradores e comerciantes locais, além de parcela das pessoas das associações de bairro, sendo formado somente por adultos de 40 a 70 anos. Caracterizam-se como “pacíficos e apatidários” e querendo o desmonte do elevado para a construção de uma avenida arborizada, iluminada e que interligue o Parque da Água Branca ao futuro Parque Augusta.

A diretoria é composta por:

Yara Goes, psicóloga, presidente da ação local Amaral Gurgel, conselheira participativa; Francisco Gomes Machado, tradutor, pesquisador, síndico, diretor de assuntos sociais e comunitários do CONSEG Santa Cecília e Campos Elísios; José Geraldo Oliveira, Advogado Vice-presidente do CONSEG; Dinah Darcy, música, conselheira participativa da Santa Cecília e presidente da associação de moradores e comerciantes de Campos Elísios; Artur Monteiro Roçado, auditor, membro do conselho participativo da Sé, e conselheiro do CEPOP e David Brandão, paisagista presidente da *Associação dos Paisagistas, Agrônomos, Jardineiros, Floristas, Ecologistas e Empresas do Segmento (APAJAFESP)*.

---

<sup>22</sup> Entrevista realizada ao final da audiência extra com o Vereador Natalini em dez/2015. Vale ressaltar que a audiência só possuía o vereador na mesa, parecendo ser uma forma de cumprir a burocracia no reagendamento da audiência que havia sido cancelada.

Nota-se que o grupo possui força política pois a maioria de seus membros participam de instituições do primeiro setor ou terceiro setor relacionado ao primeiro, possuindo dessa forma mais conhecimento técnico em relação aos mecanismos da esfera do governo, utilizando disto para compor suas ações em prol do desmonte. No quesito de apoio político, o movimento não possui um vereador que apoie claramente o movimento, porém recentemente, como já citado, Natalini apoiou o desmonte, apesar de não evidenciar qualquer iniciativa política para que isto ocorra.

Em entrevista ao documentário “Ponto de Vista”, um dos participantes do Movimento Desmonte Minhocão, José Geraldo, afirma que o viés do movimento é o que chama de “saúde pública”. Também afirma que a cidade deve pertencer às pessoas, porém “somente as que moram ali”. Ele identifica que a “valorização é algo normal”, porém não crê que a região vai supervalorizar. Não ficou claro em sua fala quais são suas posições e quais são a do movimento.

Dentre os participantes, não foi possível notar os indivíduos que se destacam na liderança, porém percebe-se que os mais jovens não possuem tanto tempo de fala nas audiências e fóruns e o que mais concede entrevistas na mídia é Francisco Gomes Machado, porém não se percebe membros de liderança.

Em relação ao grupo *SP Sem Minhocão*, inicialmente houve dificuldade de compreendê-lo, pois apesar de algumas entrevistas mostrarem que também eram um movimento, houve a dúvida se seriam somente um grupo no Facebook utilizado pelo Movimento Desmonte Minhocão, uma associação de moradores ou somente um grupo de debate e não um movimento.

Por meio das entrevistas realizadas com seus membros e reportagens, foi possível identificá-los como um movimento que também busca o desmonte do minhocão, porém com uma ideologia de esquerda- devido se nomearem como tal e por serem favoráveis a ideia do primado do igualitarismo sobre os direitos da propriedade ao irem contra a ideia de gentrificação- de uso do espaço público e da participação cidadã. Sua posição em relação à participação cidadã fica clara em entrevista ao jornal da CAU-BR:

“É garantir que cada um de nós constrói, participa e faz parte do lugar onde vive. ” - Gilberto de Carvalho, engenheiro civil, 64 anos, morador do Jardim Paulista”

Em reportagens<sup>23</sup> foi possível perceber que a formação do grupo se deu com pessoas que participavam de discussões sobre o futuro da cidade na Câmara dos Vereadores e com o executivo. Os participantes relatam que rejeitam o foco da discussão no Minhocão, tendo que haver um debate com o Centro inteiro, não somente bairros adjacentes. O grupo afirma em diversas entrevistas a jornais, não possuir uma proposta definida sobre o elevado e possuir foco no questionamento a respeito da PL 10/2014 que cria o parque minhocão sem a consulta pública prévia ou estudos de análise de impacto.

Nota-se no grupo algumas lideranças, estas que realizam e se posicionam mais no debate, nas audiências e fóruns públicos, além de realizar o trabalho de gestão do grupo do Facebook, pautas e dossiês. Estas são: Gilberto Carvalho, Eliane Langer, Alexandre A. Moreira, Elisa Freire Moreau e Valéria Farhat. Vale ressaltar que João Baptista Lago pertencia a uma das lideranças do movimento, porém, saiu para participar do *Movimento Desmonte Minhocão*.

Em entrevista com Alexandre Moreira, comentou que em sua visão o Minhocão já “nasceu morto”, pois possui uma simbologia autoritária que enaltece o uso do carro como meio de locomoção. Atualmente, analisa que a via apresenta diversos defeitos técnicos como poças d’água, rachaduras, entre outras coisas, que reafirmam que o investimento na correção desses problemas é constante, dessa forma “a ideia de manter o elevado é custoso”. Posto isto, analisa que a proposta do parque apresenta um alto custo de manter a estrutura da via, pensar nas diferentes formas de acessibilidade, assim como em implantar uma estrutura mínima, enquanto o desmonte, em sua visão, acarretaria no aproveitamento de suas partes e estrutura para a cidade, pagamento parte do desmonte.

Moreira acredita que o High Line serviu como inspiração para criação da ideia do Parque Minhocão, assim como para sua legitimação, porém pontua uma diferença essencial em relação ao entorno do High Line e do Minhocão, que a via de Nova York se encontra na parte de trás dos prédios, diferentemente do Minhocão que está na frente dos prédios. Também comenta que a via paulistana “pisa” no solo e acaba por “matar” a rua abaixo dele, enquanto no High Line essa dinâmica é diferente.

---

<sup>23</sup>Três grupos distintos disputam o futuro do Minhocão. Conheça-os. Disponível em: <http://arquiteturaurbanismotodos.org.br/futuro-do-minhocao-e-disputador-por-tres-grupos-distintos-conheca-os/>. Acesso em: 20 agosto 2015

Interessante notar que este grupo se mostra organizado, ao participar da composição das mesas nos fóruns, com o representante Gilberto, apesar deste não ser morador da região, além de realizarem dossiês sobre o debate, cartas de posicionamento sobre a questão da gentrificação e buscar apoio político.

Dentre as ações que o grupo já fez, pontuam-se as mais importantes: pedidos de acesso à informação para entender melhor as diversas Operações Urbanas que afetam a região, caminhada ao redor da Praça Marechal Deodoro com um representante do *Departamento do Patrimônio Histórico* (DPH) como guia para explicar a história do lugar, reunião com o prefeito Fernando Haddad para explicar os motivos do desmonte, publicação na mídia sobre o assunto, reunião com o Secretário de Desenvolvimento Urbano, Fernando, Mello Franco e com um representante da SP Urbanismo<sup>24</sup>, além da participação nas audiências.

Vale ressaltar que o grupo foi o primeiro a se posicionar sobre a gentrificação, trazendo esta questão ao debate no segundo fórum com a participação de Sabrina Duran, pesquisadora criadora do blog *Arquitetura da Gentrificação*. O grupo realizou um “manifesto contra a gentrificação”, nele identificou a relação entre o poder público a serviço dos agentes econômicos, ao retirar dos espaços públicos a questão de coletividade e poder expulsar as pessoas de sua casa (expropriação), o grupo cita o exemplo do Projeto Nova Luz no qual os consórcios possuíam o poder de desapropriar as casas e indenizar as pessoas pelo valor venal. Pontuam que o Elevado antes estava inserido nesta lógica, ao fazer parte na gestão Kassab do Projeto Nova Luz, porém agora o processo passa a possuir outra característica, como colocam:

“Este poder em estado bruto no exercício de sua violência, traveste-se agora de poder suave e a brutalidade, cedeu lugar à sedução - incluindo, inclusive, a criação de entidades travestidas de "movimento popular" visando legitimar, midiaticamente, os interesses das construtoras, incorporadoras e empreiteiras.”

Problematizam, portanto o movimento que pede pelo parque, e o colocam como uma estratégia do mercado imobiliário para valorizar a região. Em entrevista com Alexandre Moreira, ele comenta que a Associação Parque Minhocão possui uma visão

---

<sup>24</sup>Empresa Pública com o objetivo de dar suporte e desenvolver as ações governamentais voltadas ao planejamento urbano e à promoção do desenvolvimento urbano do Município de São Paulo, para concretização de planos e projetos da Administração Municipal, por meio da Secretaria Municipal de Desenvolvimento Urbano.



*business* para a região, que transforma o espaço público em um espaço de uso privado. Para endossar este argumento, relata que Athos Comollati foi a construtoras apresentar a ideia do parque, e foi financiado por imobiliárias e construtoras para realizar palestras sobre o parque.

Comenta que a associação não percebe a cidade como um ecossistema e a trabalha como um negócio, segundo ele, algo extremamente problemático. Também julga que se cria uma ideia do imaginário da cidade, e que “a ideia do parque simplifica um problema maior”. Assim, analisando ambos os lados, comenta que é uma disputa de narrativa simbólica com consequências jurídicas e concretas.

Apesar de reconhecerem que uma valorização também possa ocorrer com a derrubada, diferenciam ambos os movimentos neste processo ao pontuar que o parque teria função mercadológica:

“Mercadoria elevadamente fetichizada, associada a ideais e desejos de consumo fortemente presentes no público-alvo desejado para estes novos lançamentos imobiliários. [...] o que está sendo oferecido é um ideal, valores, uma nova identidade (se for consumido o produto, uma unidade residencial situada "a x metros do futuro Parque Minhocão") aos clientes em potencial. Esse elemento fetichizador, presente nas estratégias mercadológicas de venda de outros produtos do Capitalismo, finalmente, denuncia o próprio caráter elitizador do eventual parque suspenso.”

Em entrevista com Alexandre Moreira, afirmou que o Parque Minhocão corresponde a um produto estetizado, e que sua ideia está atrelada “à ideia da moda, do fetiche, do consumo da mercadoria pelo consumo da imagem”, dessa forma um instrumento para o lucro. Comenta também que o parque seria elitista pois “possui a função de maquiagem a região e seus problemas”, além de realizar uma comparação com os impactos provocados pelo High Line, na qual valorizou a região em seu entorno e começou a instituir regras que acabaram por excluir pessoas da região, algo que acredita que aconteceria no Minhocão caso venha a se tornar parque

O parque, segundo ele, teria caráter temporário pois acredita que caso for realizado somente duraria 20 anos ou menos, ocorrendo a retomada na cidade do debate para seu desmonte, devido manter a incomodidade urbana aos moradores e os danos à

saúde. Utiliza como exemplo a abertura da paulista que esvaziou o local na data de abertura, logo analisa que há demanda por espaços de lazer e nota que não necessariamente o Minhocão seja um desses, e caso, segundo ele, as praças e parques fossem tomadas e cuidadas estes espaços poderiam suprir a demanda.

Também julga que o parque vai potencializar e legitimar o processo de “hipsterização”, porém comenta que a gentrificação já existe na região há muito tempo, antes da ideia do parque se tornar forte em 2014, que se iniciou segundo ele, desde seu fechamento na época da Erundina. Também comentou que a região está com o uso intensivo do espaço, onde um novo apartamento na Amaral Gurgel possui valor de R\$10.000,00 a R\$12.000,00 por m<sup>2</sup>.

Moreira analisa que há uma grande incerteza do futuro da via, e que acredita que “nada irá ocorrer em ano eleitoral”, principalmente por não ser um ponto de grande importância na agenda do prefeito, dessa forma, julga que o grupo mais estruturado e com maior apoio e voz será o mais escutado. Todavia, afirma que os vulneráveis não estão na equação do futuro da via e provavelmente não entrarão. Segundo ele, ainda há muita disputa entre os grupos, cada qual formando suas coalizões políticas e estratégias.

Dessa forma, percebe-se que os movimentos identificados possuem relações políticas e culturais diferentes, ao alguns possuírem mais força política que outros, e mais apoio político. Nota-se que os grupos se constroem relacionalmente por oposição uns aos outros devido as disputas em torno do tema. Também se nota que a questão da gentrificação é comentada pelos movimentos, porém a preocupação em relação a ela e a posição referente a este processo se dá de forma diferente. Em suma, os grupos encontram-se em conflito ao buscarem objetivos distintos no mesmo espaço social e pertencerem a posições sociais diferentes devido cada grupo possuir uma quantidade de volume de capital (político, cultural ou econômico).

#### 4.3 Organização dos atores

Através de ações e declarações foi possível delimitar o modo de organização de cada movimento. Compreender como se dá sua organização política e de ativismo é importante para entender as disputas e cenários futuros.

Nota-se que o grupo que possui maior presença na mídia, visto os eventos no Minhocão, é a *Associação Parque Minhocão*, dessa forma adquirindo aderência do

público da cidade que participa dessas atividades promovidas. A força de divulgação do grupo é mais forte em comparação aos outros movimentos, devido à presença de muitos jovens no grupo, além de artista e pessoas ligadas à cultura e produção cultural, acarretando o fomento de eventos gratuitos, produção de mídia, divulgação da ideia do parque e maior proximidade com o público jovem. Outro ponto são seus membros, muitos com um conhecimento de ativismo urbano por outros grupos que participam, além de advogados, arquitetos, que ajudam nos projetos do núcleo.

Em prol deste fomento, os participantes do grupo parecem *cuidar* do Elevado, colocando placas e sinalização em espaços que são destinados a eventos em trechos da via, evitando a colisão com ciclistas e acidentes. Como exemplo, devido sua proximidade com a mídia, a utilizam para evidenciar diversos problemas de manutenção na área como vigas caindo, arame de proteção solto ou a falta de telas de proteção, criticando que o espaço também é utilizado pela população, tendo que haver a manutenção se pensando nisso. A reportagem realizada pelo jornal da Gazeta<sup>25</sup> retratou estas reclamações e conseguiu chamar atenção da Subprefeitura da Sé, que realizou os reparos na via. Também disponibilizam o wifi livre em certos pontos do Minhocão e marcam os postes com números para facilitar o encontro entre as pessoas.

Além de possuírem a mídia como grande aliada de sua luta, o meio principal de debate se dá no grupo do Facebook, com a ajuda da população sugerindo ideias e se propondo a realizar eventos. Na rede social, por exemplo, debatem propostas para resolver a questão do barulho no Minhocão, dentre as propostas estão o mapeamento de pontos de maior aglomeração sonora no viaduto, produção de sinalização, pressão na subprefeitura para que assuma a responsabilidade de cuidar do Minhocão e o incentivo de se ater as regras de uso do espaço público, visto que muitos moradores já reclamaram e por não haver um endereço já houve casos que os policiais não realizaram nenhuma ação.

O grupo do Facebook também é importante para o debate, na divulgação de audiências públicas, convocando os participantes, apesar do pouco comparecimento, e principalmente pelo fomento de eventos no elevado, como as aulas de yoga, que já ocorrem, entre outras atividades.

Apesar de debaterem abertamente no grupo do Facebook, foi possível perceber por meio da divulgação em seu website, Facebook e da visita de campo, que possuem

---

<sup>25</sup>Jornal da Gazeta: Paulistanos criticam falta de segurança no Minhocão. 02/11/2015

uma sede em um apartamento em frente ao minhocão, perto da entrada do metro Santa Cecília. Em seu website estão disponibilizados os nomes dos participantes da Associação, possuindo por volta de 51 participantes. Em entrevista, Athos Comollati comentou que o grupo se reúne “por necessidade”, que só atua quando aparece alguma necessidade ou uma ideia para avançar a proposta do parque, não necessariamente com a reunião de todos, somente em situações muito graves ou comemorações.

Em conjunto com a *Associação Parque Minhocão* o vereador Police Neto atua realizando projetos de lei e *advocacy* à causa, afirmando em entrevista que tem conversas com o prefeito e sua equipe. Como evocado anteriormente, um exemplo de seu *advocacy* foi o PL 439/2016 para mudança do nome aos finais de semana para Parque Minhocão, na qual foi realizado e desenhado por crianças no Minhocão e apresentado no plenário nesse modelo. Comollati em entrevista, comenta que Police Neto é “um grande parceiro” pois seu “peso político” dá abertura e contato direto com a administração pública. Um exemplo foi a abertura dada a associação ao secretário de meio ambiente, para posicionar que a associação estava disponível para participar do conselho gestor.

Nota-se, dessa forma, que se articulam politicamente, pois em conjunto com o apoio do vereador e de participantes com conhecimentos em determinadas áreas que contribuem para a proposta do parque, formulam estratégias de fomenta-lo e torna-lo algo concreto. Um exemplo é que a Associação já esperava a mudança do nome aos finais de semana para Parque Minhocão, pois estava junto com Police Neto trabalhando “de forma discreta” para isso ocorrer. Police apoiou para que em cada fase do processo o Projeto de Lei fosse aprovado. A mudança, porém, deveria ser somente do nome, mas segundo Comollati, o executivo consistiu em parque aos finais de semana.

O *Movimento Desmonte Minhocão*, por sua vez, não possui muita influência nas redes sociais, esforçando-se para manter duas páginas no Facebook, Movimento Desmonte Minhocão e Santa Cecília Sem Minhocão, e dois Blogs. Porém nota-se que um de seus blogs é desorganizado enquanto o outro possui problemas estruturais como abas que levam a páginas em branco. Apesar disto, no primeiro website apresentam os diretores e seu manifesto, e no segundo website possuem notícias recentes que tangem a questão do minhocão, expondo sua posição a estes acontecimentos. Porém, em todos seus meios de divulgação a visualização é pouco atrativa ao leitor, diferente das mídias produzidas pela Associação Parque Minhocão.

Em relação à sua repercussão, o movimento não possui, comparado a *Associação Parque Minhocão*, a mesma visibilidade, apesar de ser convidado quase de forma igual para dar entrevistas sobre o Elevado. Outro ponto relacionado à sua visibilidade são suas páginas no Facebook, com poucos seguidores em relação a *Associação Parque Minhocão*, não possuindo formas de atrair o público para a ideia. Também não possuem um grupo aberto no Facebook para discussão, concentrando o debate nos participantes do movimento, todos moradores do entorno do Elevado. Suas reuniões são realizadas em comércios locais e na Igreja de Santa Cecília.

Apesar de não possuírem grande repercussão, o grupo até agora foi o que se manifestou com maior força política, visto que tomam iniciativas políticas participando ativamente do fóruns e audiências, evidenciando sua participação com cartazes nestes eventos, além de estarem na abertura da ciclovia do Minhocão, exigindo ao prefeito Fernando Haddad o desmonte, uma abordagem estratégica visto a presença da mídia. Também em relação ao poder político por grande parte de seus membros participarem do primeiro setor, eles utilizam os mecanismos que possuem, diferentemente de outros grupos. Uma situação que evidenciou seu poder político foi o cancelamento da segunda audiência pública que seria em cima do elevado, devido ao CONSEG, na qual membros fazem parte, alegar por meio do laudo dos bombeiros que o local não possuía as medidas de segurança necessárias.

Outro ponto que exemplifica o poder político do MDM está na abertura do inquérito do Ministério Público (MP nº 43.0279.0000153/2016) por meio do CONSEG que propõe o fechamento da via para pessoas, alegando a incompatibilidade do uso atual em virtude da insegurança e incomodidade. A perícia do corpo de bombeiros que se baseiam é a mesma que utilizaram para barrar a audiência pública no Elevado e no fim dos eventos culturais em cima da via, na época em que a virada cultural percorreria a área.

O movimento *SP Sem Minhocão*, no entanto, não possui a mesma força política que o Movimento Desmonte Minhocão, concentrando sua discussão mais no Facebook e menos em suas reuniões compostas por 5 a 7 pessoas, nem todos moradores da região. Diferentemente do Movimento Desmonte Minhocão, este movimento possui mais a participação de jovens opinando sobre alguns assuntos, pelo grupo do Facebook, apesar do núcleo central do debate ser majoritariamente composto por adultos.

Nota-se que o grupo, em suas ações passadas se mostra organizado e com certa influência política ao conseguir dialogar com agentes do poder público importantes, porém, após o fim das grandes repercussões em 2014 e início de 2015 sobre o Minhocão na mídia, percebe-se que o movimento se enfraqueceu, ao comentarem em entrevista que acreditam que no momento muito pouco será feito, visto que o “debate se desaqueceu”. Dessa forma, o movimento vem realizando poucas ações efetivas e não possui nenhum debate de ação ou decisão a ser tomada nos grupos do Facebook, nem novos dados para serem apresentados nas audiências públicas, isto foi notado no período do ano de 2015 até o momento atual (2016).

#### 4.4. As transformações do Elevado e de seu entorno

Através de jornais e reportagens que marcam o início do Elevado até o momento presente, e por visitas no campo, é possível perceber transformações materiais e simbólicas na visão dos moradores da cidade em relação ao Elevado, visto que a percepção que muitos possuíam do Minhocão como uma “cicatriz urbana” transformou-se e que sua região está se modificando.

Inicialmente o Elevado, quando ainda fechado, era um grande incômodo para população da região, como já comentado, a construção depreciou o bairro. Com a sua abertura como espaço de lazer aos finais de semana, feriado e a partir das 21h durante a semana, com o passar dos anos, a população local começou a utiliza-lo para corridas, treinos e prática de esportes. A via passou a ser utilizada mais amplamente pela população da cidade quando inserida na corrida São Silvestre, sendo local para o evento e treinamento de praticantes.

Em 2012 com o início de eventos sob o elevado, ele passa a ressurgir para população da cidade como local de lazer, começando a ser utilizado para abrigar atrações culturais como feiras de artesanato, grupos de yoga, teatros e intervenções com a proposta do uso do espaço público, processo intensificado em 2013 com a criação da *Associação Parque Minhocão*.

Percebe-se também que no entorno do Minhocão começaram a surgir comércios com a característica de serem *gourmet* e culturais, logo evidencias que o local se

tornava *hype*<sup>26</sup>. Entre 2014 e começo de 2015 foram abertos dez novos estabelecimentos com esta característica. Exemplos são o Marechal Food Park, Cafés Gourmet, e outros estabelecimentos como uma proposta diferenciada, que atrai o público jovem. O preço, como no estabelecimento Conceição Discos, fica em torno de 50 reais, atraindo pessoas de todas as regiões da cidade até de fora<sup>27</sup>.

Ressalta-se a criação do Marechal Food Park, que se estabeleceu na região em 2015 ao atrair a atenção do dono do Butantã Food Park devido o fenômeno dos novos empreendimentos culturais na região, ele declara que “A Santa Cecília se tornou para São Paulo o que o Brooklyn se tornou para Nova York, um ponto de encontro de jovens, artistas e gente criativa”. Este estabelecimento recentemente fechou, assim como o Butantã Food Park, devido aos altos custos de aluguel, tanto para o dono, quanto para os foodtrucks.

Em relação às atividades culturais, foram construídos ao longo dos anos grupos de esporte e cultura para atuar no elevado, com um aumento de sua ação a partir de 2013. Um exemplo é o teatro “Esparrama na Janela” que ocorre aos finais de semana na janela de um prédio que possui vista para o Minhocão, o teatro é lúdico e circense, e conta quatro histórias diferentes, chamando o público para participar do ato.

Outras alterações em seu entorno são a construção de novos edifícios na região, na frente do elevado são três, murais de grafite, que agora não se concentram mais na parte térrea, mas também em prédios, visíveis para quem está sobre o elevado, e a construção de “prédios verdes”, sendo previstos para região a construção de quarenta, algo que implicará uma grande transformação da área. Os quarenta jardins verticais irão compor o primeiro “corredor verde” em São Paulo, transformando a região radicalmente ao possibilitar verde para uma região tipicamente cinza e arte na cidade, pois cada jardim ser uma intervenção artística projetada por profissionais da arte ligados à intervenção na cidade. Esta proposta acaba por favorecer a ideia do Parque Minhocão, ao tornar a área mais propícia para o lazer e visitação. Atualmente já se nota a existência de quatro jardins verticais e dois em construção, vale ressaltar que são construídos por meio da lei de compensação ambiental.

---

<sup>26</sup> Expressão em inglês quando algo ou alguém está atraindo a atenção das pessoas, logo é uma promoção extrema de uma pessoa, ideia ou produto, normalmente está relacionada a uma estratégia de marketing que promove o produto como algo que todos necessitam ter a ponto que as pessoas sintam a necessidade do consumo do produto.

<sup>27</sup> Em entrevista à Veja São Paulo (04/01/2015) a dona do estabelecimento declarou que vem fregueses até de Santo André

A Associação Parque Minhocão aceitou a ideia como algo muito positivo na região, enquanto o Movimento Desmonte Minhocão e SP Sem Minhocão consideram a ideia interessante, apesar de rejeitarem o modo como está sendo feita. Os jardins verticais estão sendo criados como compensação ambiental, ou seja, uma construtora que desejar iniciar uma obra, caso venha a retirar árvores, deve compensar a retirada por meio de um jardim vertical por meio de um cálculo da compensação.

Outra alteração que impactou a região foi a construção da ciclovia abaixo do Minhocão, que possui uma estrutura de grades, espelhos e iluminação. Nota-se que com a construção da ciclovia houve redução da quantidade dos moradores de rua que dormiam embaixo do Minhocão.

Dentre as transformações notadas, uma que deve ser destacada é a alteração do nome do Elevado Costa e Silva para Parque Minhocão aos finais de semana, através do PL 439/2015, de autoria de Police Neto, aprovado em 18/12/2015. Essa alteração afirma a estrutura como um parque, possibilitando a criação de uma estrutura para gerencia-lo como um corpo gestor e maior policiamento, que em 2016 é realizado por viaturas policiais. Pode-se analisar esta mudança como uma forma de pressão para que a ideia do Parque Minhocão seja efetivada.

Outra alteração, também relacionada ao nome do Elevado é de seu nome “Elevado Costa e Silva” para “Elevado Presidente João Goulart”, projeto de lei do vereador Eliseu Gabriel (PSB) apresentado em junho de 2014, o PL 288/14 da Secretaria de Direitos Humanos e Cidadania “Ruas de Memória”, que visa alterar os nomes de vias de São Paulo que homenageiam datas e pessoas ligadas à repressão do regime militar para aqueles que durante este período lutaram pelas liberdades individuais. O projeto teve sanção do prefeito Fernando Haddad (PT) no dia 25/07/2016. A mudança não irá afetar o PL 439/2015 do vereador Police Neto que aos finais de semana transforma o local do “Parque Minhocão”.

Também em visita, foi possível perceber a “revitalização” do “Castelinho da rua Apa “com o fim de se tornar um anexo ao “clube das mães do brasil”, uma instituição que já opera ao edifício ao lado e trabalha com educação e formação profissional, através do artesanato, de pessoas em situação de vulnerabilidade social, como crianças, moradores de rua, dependentes químicos e catadores de lixo.

Em suma, a partir das informações coletadas, foi possível notar que o Minhocão está se transformando tanto simbolicamente quanto fisicamente, assim como toda sua

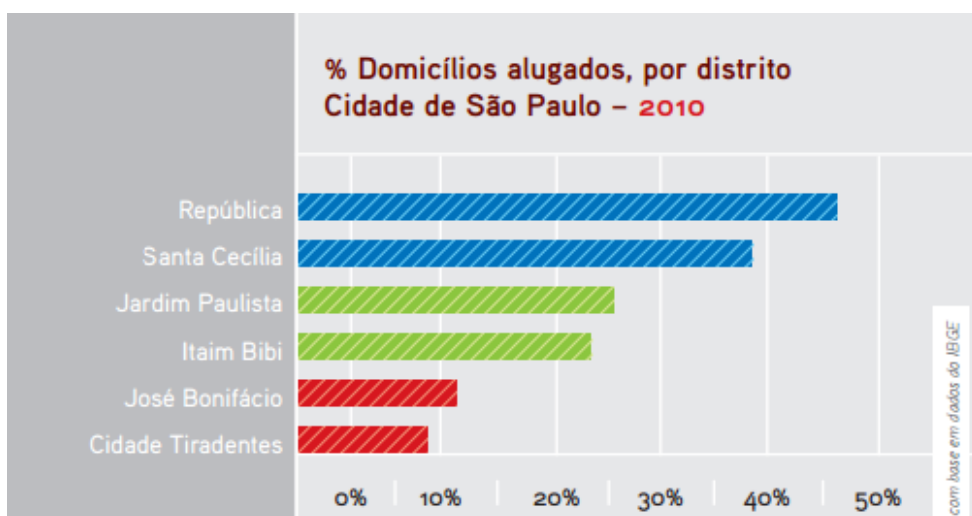


região, adquirindo por uma parcela da população da cidade uma posição mais positiva cidadã, acirrando as disputas sobre seu destino.

#### 4.5. Mercado Imobiliário

Em relação às mudanças no Elevado, as alterações do mercado imobiliário na região devem ser destacadas, em vista das transformações derivadas da construção de novos edifícios e a valorização do valor dos alugueis e compra de imóveis, em vista das perspectivas de mudanças na região com a desativação do Minhocão.

Para melhor analisar as mudanças relativas a esse mercado, inicialmente foi necessário situar em que contexto a região de Santa Cecília se enquadrava. Por meio de dados retirados do documento Dados do Mercado Imobiliário (DMI) do *Portal de Imóveis VivaReal*, foi possível perceber que a região é majoritariamente destinada a alugueis, como apresentado na figura 6, com apartamentos, em maioria, pequenos e médios (menos de 30m<sup>2</sup> até 80m<sup>2</sup>).



**Figura 6:** Porcentagem de domicílios alugados por distrito na cidade de São Paulo em 2010

Fonte: Dados do Mercado Imobiliário 2014 (DMI)

Segundo dados do mercado, a região da Santa Cecília teve uma “valorização” de 7% em seus imóveis em 2014, maior que a inflação nacional (6,4%), colocando como um dos dez bairros mais caros do centro e entre os que mais se valorizam. Caso fosse

realizado um parque hoje, a valorização/encarecimento dos imóveis seria de 50%<sup>28</sup>, maior que os dos apartamentos mais afastados do elevado, hoje 40% mais caros que os próximos do Minhocão.

Após o plano diretor, constatou-se uma “valorização”<sup>29</sup> imobiliária maior no bairro, com a construção de três novos empreendimentos imobiliários a 2,8km do elevado, os primeiros empreendimentos em muitos anos, além da previsão da construção de outros 6 empreendimentos próximos à região, como apresentado na figura 7. Na visita a campo foi possível avistar estes novos empreendimentos sendo construídos, dois chamaram a atenção, no que tange às dinâmicas que analisamos, pois, ambos são localizados próximos do elevado e possuem o nome “Higienópolis”, da imobiliária HELBOR e “Cosmopolitan Higienópolis” da MAC.



**Figura 7:** 1.R.Baronesa de Itu, 2.R.Amaral Gurgel, 4.R. do Arouche, 5.R.Doutor Cesário Mota Júnior, 10.R.Rego Freitas, 11.R.Santa Isabel, 16.Praça Júlio Mesquita

Fonte: <http://classificados.folha.uol.com.br/imoveis/2014/06/1462972-centro-antigo-de-sp-tem-18-lancamentos-previstos-maioria-e-compacto.shtml> (2014)

Os imóveis lançados têm como principal alvo os solteiros ou casais sem filhos, visto possuírem a característica de serem compactos e terem maior demanda no mercado. O local de escolha dessas construções está relacionado com o grupo alvo de

<sup>28</sup>Centros de Rio e São Paulo em mutação. Disponível em: <http://oglobo.globo.com/economia/imoveis/centros-de-rio-sp-em-mutacao-14126716>. Acesso em: 18 novembro 2015.

<sup>29</sup>No papel, ‘parque’ Minhocão já atrai prédios. Disponível em: <http://www1.folha.uol.com.br/cotidiano/2014/08/1508500-no-papel-parque-no-minhocao-ja-atrai-predios.shtml>. Acesso em: 18 novembro 2015.

compra, uma vez que a região estar em emergência como polo cultural e de lazer, além de possuir transporte público próximo.

#### 4.6. A repercussão na mídia

Por repercutir e formar opiniões, a mídia possui um papel crucial também nas dinâmicas e definição do futuro do Parque Minhocão, visto poder impulsionar certos movimentos e vertentes políticas presentes e fortalece-las. Por meio de uma análise dos principais jornais da cidade de São Paulo, busca-se compreender as posições acerca do Minhocão presentes na mídia e suas modificações conforme o tempo. As mídias são: Estadão, Folha, G1, Catraca Livre (tornou-se muito popular entre os cidadãos de um tipo específico), R7 e outros independentes.

O Minhocão sempre foi visto de uma forma negativa por parte da mídia, iniciando-se com sua construção em 1970 reportada pelo Estadão<sup>30</sup>, descrevendo toda a degradação provocada pelo elevado na região. Porém o debate em relação à construção sempre se deu de forma dividida, ao existir aqueles que apoiam o uso da via para veículos e a colocam como de grande importância para mobilidade urbana na cidade, e aqueles que denotam toda a degradação que a construção trouxe para região e os impactos negativos para os moradores.

Somente em 2006 a prefeitura começou a visar mais objetivamente a demolição do Elevado – Luiza Erundina foi a percussora no debate em seu mandato (1989), porém não conseguiu levar o projeto à diante – tendo sido amplamente repercutido na mídia, causando reações negativas de uma parcela da população da cidade, pois retiraria uma via do transporte motorizado individual. O projeto levantado por José Serra, então prefeito, visava um desmonte parcial, criando uma avenida nova para resolver a questão da alternativa ao trânsito, porém projeto não foi realizado alegadamente por falta de recursos<sup>31</sup>.

Novamente em 2010 o debate volta com a proposta de Gilberto Kassab de demolir o Minhocão. A proposta foi amplamente noticiada e possuiu o apoio da população da região, porém foi criticada por cidadãos de cidade devido à importância como via para muitos.

---

<sup>30</sup> Acervo Estadão “Elevado, o triste futuro da Avenida” 01/12/1970

<sup>31</sup> Em 1993 Prefeita Erundina propôs a demolição do Minhocão pela 1ª vez. Estadão 06/05/2010

Acredita-se que a volta do Elevado na agenda se dá por sua utilização em 2000 e 2007 para a São Silvestre e por ser alvo de noticiais por volta de 2010 com a reapropriação do Minhocão pela população, como a exibição do documentário “Elevado 3.5” no próprio Minhocão. Dessa forma, começa a ser usado não só como um local para realizar esportes, mas um local para se passear.

Eventos culturais começaram a ocorrer com maior frequência no Elevado, como desfiles de moda, entre outros. Porém em 2012, nota-se a importância de dois eventos<sup>32</sup> que iniciaram o processo de eventos abertos, gratuitos e que colocam como centro a ocupação do espaço público pela população.

O *Festival Baixo-Centro* trouxe a áreas do elevado grama sintética, piscinas de plástico entre outras intervenções no espaço, possibilitando a ocupação do mesmo pela população, uma reapropriação do espaço pela população que vive na região e em outras áreas da cidade. Outro evento foi a *Virada Cultural*, contando com a presença de chefs de São Paulo em uma feira gastronômica. Este teve grande repercussão pelos renomados chefs presentes, atraindo uma grande quantidade de pessoas ao evento, moradores e não moradores. Ambos os eventos iniciaram uma maior divulgação do Minhocão como espaço de lazer, noticiando seus diferentes usos<sup>33</sup>. Em relação a esta ocupação do espaço do centro pelos artistas, é possível estabelecer uma relação com a abordagem de Ley (2003), devido este grupo buscar lugares autênticos para produção artística, normalmente colocada como as regiões centrais da cidade.

Em 2013 começaram a surgir movimentos relativos ao futuro do Elevado, o principal foi a Associação Parque Minhocão, como apontado acima, um dos atores chaves no debate atualmente. A associação busca realizar mais intervenções e ações no Elevado, a fim de fomentar seu uso pela população. Nota-se divulgação desses acontecimentos, porém de forma menor se comparado no modo como ocorre hoje.

A mídia volta a operar, muito mais ativa que antes em relação ao Minhocão, em 2014, com diversas reportagens acerca do Elevado, em razão do PDE. As reportagens divergem no início, algumas apoiando, outras questionando, outras negando e problematizando a questão do automóvel. Porém nota-se que com a ampliação da mobilidade urbana por meio das faixas de ônibus, tornando o transporte público mais

---

<sup>32</sup> Festival Baixo-Centro reúne atrações no Minhocão. R7 01/04/2012

<sup>33</sup> Paulistano transforma Minhocão em bulevar em 2012, Folha de São Paulo, 14/05/2012

rápido<sup>34</sup>, o debate em relação ao automóvel privado tornou-se menor em comparação com a quantidade de críticas nos outros momentos em que a via quase foi desativada, e tornou-se ainda menor quando o PDE foi aprovado, visto que aprova a desativação progressiva do Elevado.

Entre 2013 e 2015 iniciou-se uma divulgação de eventos e atrações na cidade de São Paulo para o lazer da população, o *Catraca Livre*<sup>35</sup> foi precursor desse acontecimento. Dentre os locais mencionados pela mídia em 2015, houve um foco especial no Minhocão, sendo capa das revistas da ÉPOCA (O Melhor de São Paulo) e Estadão (Divirta-se) como local de passeio, considerada pela ÉPOCA como melhor diversão ao ar livre de São Paulo. Vale ressaltar que ambas possuem uma abordagem voltada à ocupação da cidade pela população, como até a Época coloca “ocupe a cidade”, principalmente das áreas de ar livre e convívio público, ambas mencionando o Minhocão como um Parque, antes de sua alteração de nome.

O *Catraca Livre* também foi um impulsionador da ocupação do Minhocão pela população, visto sua grande repercussão e aceitação pela população da cidade, levando por meio de suas matérias, em vários casos, um maior público a estes eventos. Diversas matérias divulgando eventos como feiras gastronômicas, feira de venda e troca de objetos (Mercado das Pulgas), estes sempre acompanhados de alguma atração de dança ou diferentes atividades de lazer oferecidas ao público, são vinculadas pelo website, nota-se, porém, que não usa a nome de Parque ao Elevado, somente o nomeia de Minhocão.

---

<sup>34</sup> Ônibus fica 67,5% mais rápido segundo CET no estudo feito entre janeiro e outubro de 2014.

<sup>35</sup> Blog que divulga os eventos culturais em diferentes cidades do Brasil, com o objetivo de fomentar a cultura.



**Figura 8:** Estadão "A programação Cultural da cidade invadiu as ruas, filmes, festas, peças, restaurantes, venha conhecer o que já é possível fazer ao ar livre".

Fonte: Revista Divirta-se, O Estado de São Paulo. Nº292



**Figura 9:** “Melhor diversão ao ar livre”

Fonte: ÉPOCA revista Diversão, 2015, p.86

A região, com esta emergência cultural, passou a atrair novos mercados, sendo noticiada como “bairro da moda”<sup>36</sup>. Estes novos estabelecimentos são noticiados como diferentes e que irão mudar “a cara” do bairro, possuindo a característica de valorizar o

<sup>36</sup> Jovens Mudam a cara da Santa Cecília, que vira “bairro da moda”, 04/10/2015

trabalho autoral, economia colaborativa, a simbiose com as raízes locais e a conexão com um público que evita o consumo de produtos massificados.

Apesar de algumas mídias enaltecereem este processo, também se traz a perspectiva de urbanistas que analisam que isso pode levar progressivamente a expulsão de pessoas de renda menor. Nas reportagens há divergências entre moradores que apoiam essa movimentação do comércio na região, alguns afirmando que os novos comércios estão atraindo clientes diferentes para região. Também foi noticiada a construção de novos edifícios na região, em maioria evidenciando o processo especulatório ao esperarem pela demolição ou transformação do elevado em parque.

Além da veiculação de eventos sobre o Minhocão, houve um grande debate nas mídias por meio dos colunistas e reportagens em relação à desativação do elevado e as propostas para seu futuro. Há aqueles que defendam o desmonte, utilizando a demolição do Perimetral no Rio de Janeiro como exemplo, além de outros casos no mundo e até o High Line em Nova York, analisando os aspectos negativos e as diferenças de contexto para justificar a demolição.

Na mídia não foram identificados colunistas diretamente defendendo o parque, mas por meio da divulgação dos eventos culturais sobre o Minhocão, nota-se que há um apoio maior pelo uso do espaço na forma de um parque. O programa “Cidade Ocupada” da TV Gazeta realizou uma reportagem a respeito, para tal, entrevistando moradores e os porta-vozes dos movimentos, concluindo que o parque já existe, evidenciando um apoio do entrevistador (Fred Melo Paiva) ao parque e seu uso. Também houve divulgação em relação aos embates e movimentos, assim como suas propostas. As notícias comentam como foram as audiências públicas referentes ao caso evidenciando as disputas políticas entre os movimentos.

Dessa forma, percebe-se a veiculação de notícias em prol da ocupação do Minhocão como espaço de lazer, ao divulgar as opções de lazer para se fazer na região, e os eventos promovidos. Dessa forma, nota-se uma mudança simbólica nas maneiras pelas quais o elevado é concebido pela mídia e por parte da população da cidade, tornando-se para esta não só um integrante da história de São Paulo, mas uma opção de lazer.

## 5. Discussão

Na pesquisa se realizou uma análise acerca das informações e dados levantados, para tal utilizando o referencial bibliográfico e as percepções em relação às dinâmicas, disputas e transformações, assim como suas relações.

### *Disputas Materiais e Simbólicas*

Em relação às análises do espaço social e espaço simbólico, alguns apontamentos podem ser feitos. Acredita-se que os jovens que estão se mudando para região ocupam outra posição na estratificação social, pois possuem mais capital econômico e capital cultural em relação aos antigos moradores. Dentre as evidências está que alguns dos novos moradores vem de regiões nobres, habitando o espaço por interesse em relação as ofertas culturais e perspectiva de transformações, e não como “última opção” como foi com a maioria dos moradores antigos, levando a crer que estes possuem maior volume de capital total.

Percebeu-se que a *Associação Parque Minhocão* possui muitos jovens e artistas participantes do movimento, muitos se mudando para a região do Minhocão e ocupando os novos comércios que estão surgindo na região. Logo pode-se identifica-los como grupo com maior volume de capital econômico e, especialmente, cultural. O estudo do perfil do *gentrifier* moderno de Mendes (2010) se aplica a este caso, com majoritariamente a presença de novos moradores considerados ‘jovens adultos’, relacionados com a produção cultural.

Estes ‘jovens adultos’ presentes dentro do campo da produção cultural, segundo Ley (2003) embasado em Bourdieu, estão identificados como dominantes dentro da classe dominante, por definirem as disposições estéticas e serem detentores da produção simbólica, logo, formadores de opinião que influenciam os demais que compartilham de *habitus* semelhantes. Dessa forma, pode-se sugerir que o processo de atração de novos moradores e comércios com a presença desse grupo, está ocorrendo devido à valorização cultural do espaço por estes agentes que produzem um valor simbólico para a área. Com esta alteração do espaço e dos pesos de capital no mesmo, percebe-se a alteração do *habitus* dos agentes presentes predominantemente no local, assim, indivíduos com nível de capital similar, na situação, membros das classes dominantes, tendem a se mudar para esta região, em vista de possuírem práticas e afinidades simbólicas similares, assim como a atração por meio da alta valorização do capital cultural, crescente na região.



Outros indicativos do volume de capital dos participantes do movimento da Associação Parque Minhocão se dão por meio: da forte relação política que possuem com o vereador Police Neto, na qual em conjunto realizam ações estratégicas para implementar a ideia do parque, como por exemplo: a instituição do nome aos finais de semana de Parque Minhocão (PL 439/2015), legitimando a ideia de parque e possibilitando a criação de um conselho gestor, e a abertura aos sábados (PL 22/2015); e por meio do apoio e participação de produtores culturais e artistas, que realizam no elevado aulas de yoga, apresentações de teatro e intervenções artísticas. Dessa forma, nota-se que o grupo detém alto capital cultural, social e político.

O movimento *SP Sem Minhocão* após uma análise de seus participantes e principais porta-vozes, percebe-se que a maioria possui uma formação acadêmica e pós-graduação, dessa forma, o grupo possui um alto capital cultural devido sua escolaridade. Todavia, por falta de apoio político, nota-se que o grupo possui pouco capital político, principalmente por suas poucas ações efetivas que tornaram em resultados em relação a disputa do destino da via. O grupo também não é analisado pelos demais movimentos como um ator legítimo, pois em entrevista com a Associação Parque Minhocão, nota-se que o caracterizam como um movimento que se estabelece mais na base teórica, diferentemente do MDM que possui mecanismos políticos e conhecimento de como utiliza-los a seu favor, dessa forma, um grupo com baixo volume de capital simbólico.

O *Movimento Desmonte Minhocão* também possui algum montante de capital político, visto que seus participantes, em maioria, ocupam cargos públicos, logo possuindo maior poder político em relação aos outros.

Entre os movimentos notam-se alguns pontos de disputa além dos diferentes destinos que querem dar ao Minhocão, os principais remetem ao cancelamento da audiência pública que iria ocorrer sobre o elevado e a proibição de uma das feiras típicas que ocorrem no Minhocão, que foi deslocada para uma praça próxima. Em ambos os casos, o grupo Movimento Desmonte Minhocão, por meio do CONSEG e da análise feita pelos bombeiros que concluiu que o local não é seguro para este tipo de evento, conseguiu barrar ações em prol do Parque Minhocão.

O primeiro caso ocorreu de forma inesperada com o anúncio se dando poucos dias antes da audiência, sendo considerada pela associação e pelos políticos que apoiam o PL do parque como uma medida antidemocrática. A audiência debateria a desativação, em busca de um fechamento mais cedo para automóveis durante a semana.

Esta ação, segundo ambos os grupos, seria um passo a mais para caminhada em direção à construção do parque minhocão, ao ser necessário possuir infraestrutura adequada e ao utilizar o elevador para realização da audiência estaria se reafirmando o uso da via. Logo, positivo para a *Associação Parque Minhocão* e negativo para os grupos que querem sua derrubada.

No mesmo dia que ocorreria a audiência, o Elevador foi ocupado com intervenções artísticas e teve o comparecimento dos políticos que estavam com a agenda programada para o evento, que compareceram, segundo fotografias e declaração dos mesmos no dia do evento, em respeito aos que não souberam do adiamento da audiência. Nota-se por meio dessa ação, evidências de uma manobra política, ao realizar a intervenção artística no mesmo dia da audiência e sobre o Elevador, levando a apreciação do público presente ao espaço e sua afirmação como espaço coletivo de uso para o lazer.

Outro ponto principal da disputa foi o conjunto PL 439/2015 e o Inquérito do Ministério Público (MP nº 43.0279.0000153/2016). Em entrevista com a Associação Parque Minhocão, foi relatado por Athos, que acreditava que por meio do projeto de lei que legitimava o elevador como parque aos finais de semanas, haviam vencido a disputa, assim como outros membros do grupo a favor do desmonte também acreditavam. Todavia, a ação estratégica do grupo MDM, realizada de forma discreta em vista de seu poder político, foi inesperada para os demais movimentos, e analisada como uma ação autoritária e negativa por ambas as partes, ao propor o fechamento da via para as pessoas em razão da incompatibilidade do uso como parque e o objetivo pelo qual foi construída. Em entrevista com a Associação, foi comentado que buscam remediar a situação e “contra-atacar”, dessa forma, ainda há um grande espaço para as disputas ocorrerem.

Em ambos os casos, percebe-se que as ações do MDM, apesar de efetivas em relação a seu objetivo de desmontar o Minhocão, representam ações legalistas que não contém a discussão pública em relação a tomada de decisão, inicialmente evitando a audiência pública ocorrer, e tentando impedir o uso de lazer que ocorre hoje da população local no elevador.

Os movimentos dessa forma, constroem-se relacionalmente por meio da oposição uns aos outros nestas disputas em torno do futuro do Minhocão. O maior exemplo é a criação dos grupos do desmonte do minhocão após o movimento em prol

da ideia do parque se fortalecer, principalmente midiaticamente após a aprovação da desativação no PDE 2014. Esta construção relacional se dá na formação desses atores e suas estratégias em vista da ação que o outro realizou, como exemplo a abertura do inquérito do MP após a Associação conseguir a mudança do nome para “Parque Minhocão” aos finais de semana.

Por meio de entrevista com os principais atores, foi possível notar que todos concordam com a representação do Elevado com algo realizado autoritariamente, assim como a ideia que a via está condenada e na forma como se dá atualmente é prejudicial a vida dos moradores do entorno. Todavia, devido cada um possuir uma visão diferente em relação ao futuro do Minhocão, há pontos de divergência, por exemplo os que defendem o desmonte argumentam em relação ao custo de manter a construção além da continuação dos problemas de saúde, enquanto o outro lado, argumenta a existência da ocupação e do uso como parque, além de projetos urbanísticos que poderiam sanar os problemas.

Apesar das disputas presentes, é possível fazer um paralelo entre os dois movimentos, pois as suas lutas, além de serem pela modificação do espaço material, também se inserem na alteração da percepção do mundo social, pois esta disputa, nos moldes como está ocorrendo, se insere na ideia de uma sociedade mais democrática e uma cidade para pessoas e coletividade, ao retirar a supremacia do automóvel. Nesta lógica, é importante pontuar o apoio do poder público nessas disputas, dado que o Secretário da SMDU julgou que a decisão não cabe ao governante, mas a população, e que deve ser amplamente debatida até se obter uma melhor alternativa a questão, assim como foi comentado a mesma ideia pelo prefeito, algo inédito e que reflete a ideia do direito à cidade sendo implementada na cidade de São Paulo frente a uma construção que possui um significado em contramão a esta ideia. Todavia, deve-se ser realizado com cautela essa decisão por meio do debate as partes não possuem igual força política e econômica, o que ocasionaria em uma disputa desigual, na qual o ator de maior força, o mercado imobiliário, resultaria como beneficiado em prol das questões sociais.

Logo, ambas as lutas podem ser colocadas também como lutas simbólicas ao buscarem mudar a percepção social acerca da construção da cidade e o modo de viver, além de buscarem o direito pela produção coletiva do espaço urbano, logo pelo direito à cidade. A cidade, dessa forma, está realizando o papel comentado por Rolnik, de ser

espaço para as relações políticas e estar em constante disputa, o que ocorre no caso, de forma democrática.

### *Mudanças e tendência gentrificadora*

Por meio das transformações que estão ocorrendo no Elevado, e fazendo um paralelo com os exemplos apresentados, nota-se um processo constante de periferização e gentrificação da cidade, no qual uma região central que antes possuía valor se degrada, e, por meio dos movimentos capitalistas de acumulação através do espaço urbano é gentrificada e especulada.

O processo, como analisa Smith, consiste na estratégia de desinvestimento e investimento em uma região, algo que se aplica a situação do entorno do Minhocão, na qual após a implementação da construção o bairro foi degradado, o que ocasionou em uma transformação tanto social quanto econômica, devido a fuga do capital privado para outras áreas da cidade. Porém, com a retomada das classes médias ao centro e principalmente dos ‘jovens adultos’, os investimentos tornaram a voltar para região, com a abertura de novos comércios que representa estes novos moradores, assim como novos empreendimentos imobiliários.

Ainda nesta lógica de fuga e entrada de capital, nota-se similaridades com os casos de Nova York de gentrificação (Brooklyn, Bronx e o High Line) e as transformações que estão afetando a região do Minhocão, devido a ampliação dos serviços públicos e infraestrutura (iluminação embaixo do elevado, ciclovias), e do surgimento de comércios diferenciados como boulangeries, cafeterias entre outros.

O processo de “revitalização” do espaço foi apontado por empreendedores locais e veículos midiáticos. Um dos empreendedores declarou, referindo-se ao bairro nova-iorquino, que a Santa Cecília havia se tornado o Brooklyn em São Paulo, “um ponto de encontro de jovens, artistas e gente criativa”, e a reportagem divulgar que estes novos comércios haviam tornado a região um “reduto hipster”, revitalizando-a. Logo, como apontado em uma das reportagens apresentadas<sup>37</sup>, e em entrevista com um morador, o aumento de interesse nesses mercados pode vir a expulsar pessoas de renda baixa da região, processo similar ao que ocorreu na Vila Madalena, uma gentrificação por meio da cultura, iniciada pelos artistas.

---

<sup>37</sup> Jovens Mudam a cara da Santa Cecília, que vira “bairro da moda”, 04/10/2015

Esta gentrificação se inicia com a mudança de novos moradores para a região, em geral pessoas ligadas ao mundo da arte e produção cultural, tornando-a mais atrativa a investimentos. No documentário “Arte e Território” é apresentada a visão dos artistas acerca do centro, em especial, Felipe Morozini, que compreende o centro como um ambiente diverso, cosmopolita, multicultural, fértil para criação, e que as mudanças no espaço se devem ao “desenvolvimento das pessoas que ali estão”, podendo sugerir que a região estava se desenvolvendo com esta entrada dos artistas na área central.

Esta transformação do espaço com a entrada dos agentes culturais pode ser compreendida por meio da teoria de Ley (2003), no qual a atração destes grupos a áreas centrais ocorre pela atmosfera cultural presente, que é valorizada ao mundo artístico como autêntica, diversa e cosmopolita, logo, uma área com grandes dinâmicas culturais e sociais. A valorização pelos artistas do centro se dá por serem áreas com alto valor simbólico, significativo para sua produção artística, justamente por se distanciar do olhar do mercado de produção em massa. Dessa forma, devido à valorização do artista pela sociedade, suas transformações no espaço e intervenções culturais tornam-se economicamente atribuídas de valor, por fim, mercadoria.

A valorização do espaço central pelos artistas também pode ser relacionada com a gradativa emergência de eventos e atividades culturais no centro da cidade, a maioria de caráter público. A volta do Minhocão a agenda pública devido a intensificação do seu uso como espaço de lazer pode ser relacionada a esta ideia, ao serem eventos culturais que chamam pelo uso do espaço público e atraem a população, dessa forma, intervenções culturais neste espaço valorizado culturalmente pela camada artística.

Esta criação de valor simbólico do artista nos centros urbanos e sua transformação em mercadoria corresponde ao novo modelo de regime de acumulação descrita por Harvey, na qual a cultura é uma forma de se obter o capital. Harvey analisa que o capital simbólico produzido pelos artistas serve as funções ideológicas econômicas de acúmulo, sendo notável a ideia do fetichismo para ocultar através da cultura os reais interesses econômicos. O centro, dessa forma, é essencial ao processo, não somente por ser um local com importantes capitais rentistas do mercado imobiliário, mas por deter grande produção simbólica destes grupos. A cidade, dessa forma, cumpre sua forma de mercadoria através das mudanças estéticas promovidas pelos artistas no centro ser valorada e comercializada para uma população de maior poder aquisitivo.

Como exemplo dessa transformação e destinação desse novo espaço transformado a estas camadas sociais da elite, os novos empreendimentos imobiliários representam os interesses deste grupo caracterizado como o *gentrifier moderno*: apartamentos pequenos de até 30m<sup>2</sup> até 80m<sup>2</sup>, com foco em solteiros ou casais sem filhos que buscam locais compactos, e sustentáveis, como uso comum da lavanderia e amplo bicicletário.

A atração do artista ao espaço e suas modificações realizadas nele acarretam a mudança das dimensões materiais e sociais do espaço, que acaba detendo maior nível de capital cultural, o que progressivamente vai atraindo outras parcelas de pessoas presentes no mesmo espaço social dominante que o artista, porém de forma progressiva do alto capital cultural e baixo capital econômico para um capital cultural menor e alto capital econômico. O documentário “Ponto de Vista”, apresenta esse processo, ao entrevistar três moradores recentes da região, dois que compraram o apartamento pela tendência *hype* que ocorria por lá e a futura valorização, e outra moradora de aluguel, estudante universitária, que afirma que os donos do apartamento esperam a valorização da região para mudarem de volta para o apartamento.

Nota-se que a base teórica e os dados levantados acima estão relacionadas na questão do discurso gentrificador criado, o que não necessariamente é reproduzido com o fim de se gentrificar, mas torna-se tão presente na construção e legitimação do processo que é amplamente difundido. Este discurso é pautado na ideia da ‘cidade cosmopolita’, na qual a desigualdade social e pobreza são estetizadas, pois, a mistura da subcultura e a alta cultura representa alto valor simbólico ao artista, e assim, uma via de valorização econômica. Também no discurso estão presentes frases como “recuperação” da área e tornar a “cidade mais humana”, elementos que foram utilizados nessas mudanças em relação ao Minhocão, porém sem o enfoque de para quem seriam realizadas estas melhorias e quais os impactos que podem gerar.

Como exemplo, os novos empreendimentos imobiliários em frente ao elevado possuem nomes como “Cosmopolitan Higienópolis”, “Nova Higienópolis” e “Cosmopolitan Santa Cecilia”, todos com o marketing de se localizarem em uma área de “acentuada diversidade cultural” o que confere ao local um “irresistível ar cosmopolita”, para pessoas com o “estilo de vida moderno, conectado e adaptado ao que há de melhor do mundo”, que sabem “acompanhar grandes tendências” e “inspirar-se nelas dia a dia, para tirar o melhor proveito de tudo ao seu redor”. Os trechos foram

retirados do website da imobiliária, que possui a descrição de cada empreendimento imobiliário.

Outro ponto em relação à venda dos novos empreendimentos é em parte a descaracterização do local, aos empreendimentos se localizarem claramente no distrito da Santa Cecília, porém serem vendidos como se fossem parte do Higienópolis, em vista de criar uma imagem que o local faz parte de uma área com alto poder aquisitivo.

Também se percebe que o discurso da proposta do parque está atrelado a questão da “cidade para as pessoas” e é defendido por seus participantes como uma “acupuntura urbana”. Ademais os participantes principais são em maioria de classe média e possuem uma ideia de “ativismo urbano” através de ações pontuais muito presente. Dessa forma, é possível realizar uma comparação em relação a grupos similares ao redor do mundo que possuíam as mesmas características e ideias que acabaram por meio destas ações pontuais, promovendo a gentrificação do espaço sem possuir responsabilidade em relação aos impactos gerados ou atenção a questão da gentrificação.

Com esta valorização do espaço ocorrendo por meio da construção de novos prédios e serviços, coloca-se como problema central que boa parte dos imóveis em Santa Cecília se destinam à locação<sup>38</sup>, e que a maioria dos moradores são ambulantes do comércio informal do centro, como mostrado em um estudo realizado pela FAU, logo sendo um cenário propício para que tais moradores sejam levados a deixar a região. Em Nova York um processo similar ocorreu, com a “valorização” de bairros como *Bushwick e Harlem*, os novos moradores e lançamentos de edifícios passaram a chamar a região de, respectivamente, *East Williamsburg e SpaHa*<sup>39</sup>.

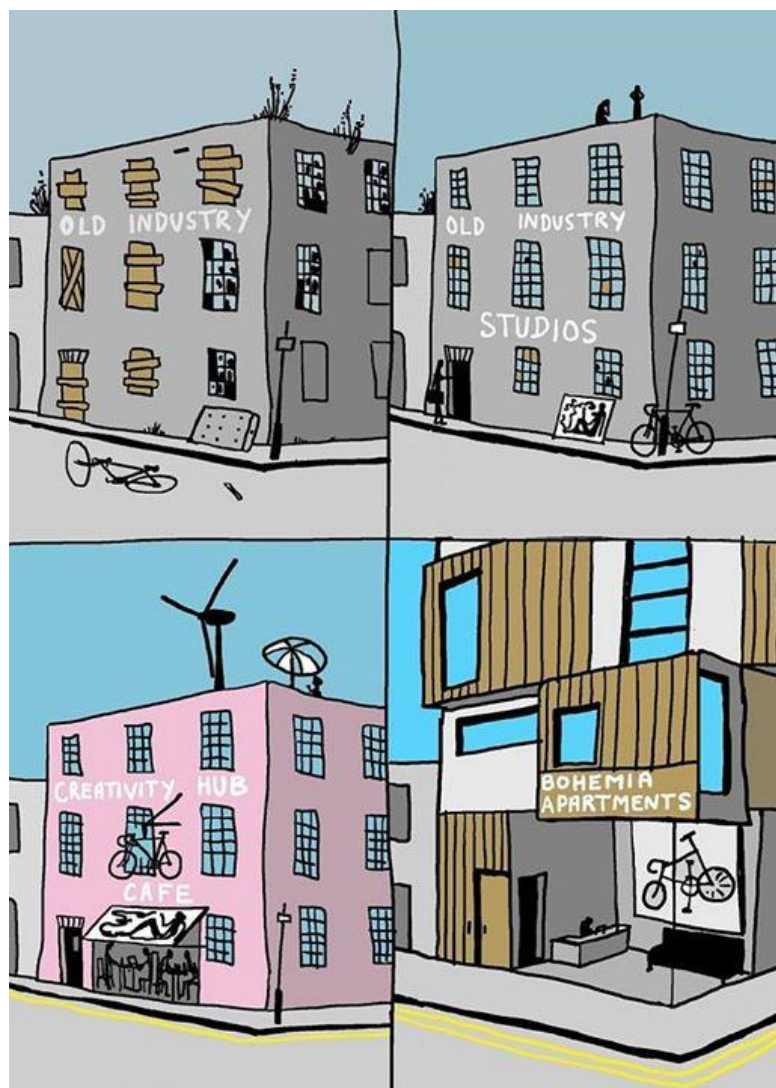
Outro ponto que evidencia esta tendência é a entrevista realizada com um morador (fotógrafo) que se coloca também como parte do problema, ao mudar da Avenida Paulista para Santa Cecília, afirmando que este processo está acontecendo e principalmente entre os artistas por achar o local interessante devido a seus serviços culturais. Ele nota que o processo de valorização já está acontecendo na região, com a construção de novos prédios, ciclovia, restaurantes e bares, acreditando que o governo deveria criar instrumentos legais para minimizar os efeitos desse processo, criando uma

---

<sup>38</sup>Arredores do metrô concentram demanda por imóveis. Disponível em: <http://www1.folha.uol.com.br/folha/classificados/imoveis/750190-arredores-do-metro-concentram-demanda-por-imoveis.shtml>. Acesso 23 novembro 2015

<sup>39</sup>Spike Lee gentrification rant transcript. Disponível em: <http://www.theguardian.com/cities/2014/feb/26/spike-lee-gentrification-rant-transcript>. Acesso em 20 janeiro 2016.

lei federal. A charge abaixo (figura 08) apresenta de maneira sucinta e didática o processo descrito de valorização.



**Figura 10:** Processo de mudança do espaço: “Antiga Industria”, “Antiga Industria Estúdios”, “Eixo Criativo, Café” e “Apartamentos Boêmios”

Fonte: [www.theguardian.com/cities/gallery/2016/jan/13/from-doonesbury-to-grayson-perry-10-of-the-best-gentrification-cartoons](http://www.theguardian.com/cities/gallery/2016/jan/13/from-doonesbury-to-grayson-perry-10-of-the-best-gentrification-cartoons)

Outras alterações evidenciam a volta do capital à região e a mudança da estética local, como os novos murais de graffiti em prédios (visíveis a quem caminha sobre o Minhocão), a previsão de construção de quarenta jardins verticais, cada um criado por um artista, e a presença de novos comércios com a característica de serem parte presente da “cultura hipster” (Figura 09).

Os comércios possuem a apreciação por objetos antigos e independentes, com a - Banca Tatuí, que vende produtos independentes e a Conceição Discos que vende discos de vinil, além do saudosismo e busca pelo “alternativo-Beluga Café”, que possui um



espaço destinado a shows e exposições, como foi comentado na análise das mídias. Porém, nota-se, por meio da revisão bibliográfica realizada, que o processo de gentrificação não se dá necessariamente por este tipo de cultura, mas pelo uso do fomento cultural na acumulação capitalista de construção da cidade, apesar de alguns aspectos desta cultura hipster levarem à busca por estes espaços degradados.

## Moda bairros: Vila Buarque, o reduto hipster de São Paulo

MARÍLIA MARASCIULO - O ESTADO DE S. PAULO  
18 Novembro 2015 | 07h 00 - Atualizado: 25 Novembro 2015 | 19h 22

Revitalizada por cafés e galerias badaladas, a região reúne gente moderna que curte moda e design

**Figura 11:** Reportagem retratando a região como “Reduto Hipster”

Fonte: Estadão 18/11/2015

Também, é presente dentro do discurso gentrificador a organização da cidade em busca de novos empreendimentos para tornar-se globalizada, explicado na situação por meio da relação entre o High Line e o Minhocão. A arquitetura é outra forma de estabelecer esse planejamento em prol da acumulação capitalista ao estetizar o espaço e procurar produzir locais de sucesso, no caso, pode se estabelecer uma relação com a proposta e jogada de marketing do renomado escritório de arquitetura internacional Triptyque em relação a proposta do futuro parque.

Ao se analisar o documentário “Elevado 3.5”, lançado em 2007, nota-se diferenças em relação a realidade retratada na época em relação ao cenário atual. O documentário apresenta os seguintes personagens moradores da região: fotógrafo, taxista, desempregado, oculista, sapateiro, florista, transexual, imigrante e migrantes, em suma a população de renda baixa e marginalizada do poder público. Nota-se, por meio do documentário, que a região em 2007 era moradia de transexuais e travestis, muitos habitando a região, além de haver grande diversidade no tamanho dos apartamentos, alguns possuindo 6m<sup>2</sup>.

Ao realizar a visita no campo na região<sup>40</sup>, não foi possível identificar muitas pessoas que se assemelhassem às características apresentadas no documentário, visto que muitas apresentavam sinais de consumo de classes mais altas, como roupas de marca e acessórios de esporte e ciclismo que dificilmente se encontrariam a um preço acessível. Outro ponto que levanta o questionamento é o valor dos restaurantes em comparação com o poder de compra da população apresentada no documentário. A quem se destinam estes comércios?

Também, na visita de campo foi possível notar que, na parte de baixo do elevado, comércios em sua maioria de sapataria, borracharia e mecânicos, a maioria está alocada em antigos edifícios deteriorados. Outro ponto levantado na visita foi a discrepância em relação às condições da via abaixo e sobre o elevado. A via abaixo estava suja, cheirando mal e quase sem a presença de pedestres, com a ciclovia vazia. Ao subir no Minhocão o cenário é outro, dinâmico, com pessoas praticando esportes, lendo livros, ambulantes vendendo água de coco e milho.

Estas alterações na região são sinais de uma tendência gentrificadora. Agentes públicos, movimentos e moradores (no documentário “Ponto de Vista”) concordam que a valorização já atingiu a região do Minhocão, e que o processo de gentrificação é eminente.

É perceptível que os dois movimentos de maior peso em relação a questão - MDM e Associação Parque Minhocão- possuem pouca preocupação em relação a gentrificação em suas ações, focando somente em seus interesses em relação ao futuro da via e não se atentando a questão como um todo. Apesar de Morozini já comentar sobre a questão da gentrificação em entrevistas, e analisar como uma questão inerente, nota-se que é algo pouco debatido no movimento, somente existindo para implementação do parque no Minhocão. Essa parcela da população que sofrerá os impactos da gentrificação no local não parece ter espaço em relação as mudanças e decisões que estão se estabelecendo, devido ao debate se centrar nestes dois movimentos.

O futuro dos antigos moradores da região depende de medidas dos agentes públicos, como sugerido por João Sette Whitaker, professor de urbanismo na FAU-USP, no documentário, um conjunto de intervenções nas leis de regulação urbanística, ou como afirmado por Haddad, também no documentário, o zoneamento, devido no

---

<sup>40</sup> A visita de campo foi realizada no domingo (27/09/2015)

PDE as Zonas Especiais de Interesse Social (ZEIS) um, dois e quatro, são áreas na qual as construtoras devem destinar 60% da área para moradia da população de até três salários mínimos.

Após uma análise mais profunda na lei de zoneamento e nas mudanças do PDE 2014, a região que compreende o elevado possui algumas ZEIS-3 e ZEIS-5, logo, aproveitar áreas urbanas deterioradas na área para construção de HIS ou HMP. Todavia, o espaço destinado a estas habitações é proporcionalmente muito pequeno em relação a quantidade dos atuais moradores da região e não há garantias para que estes locais se destinem a eles. Todavia, o zoneamento da região pode leva-la a uma maior valorização, devido ao entorno do elevado ser caracterizado como uma região de coeficiente quatro de construção e não possuir limitação em relação a quantidade de andares que se pode construir na área, dessa forma, altamente atrativa ao mercado imobiliário.

Em relação a ideia de direito à cidade, nota-se a diferença nos movimentos em relação a questão. O SP Sem Minhocão é um movimento que se fundamenta nas bases teóricas de Harvey e Lefebvre de Direito à cidade, possuindo especial atenção com o espaço para o debate e principalmente a questão da moradia e gentrificação na região. Por outro lado, o movimento MDM, apesar de estar imerso neste ambiente de disputa e debate, não compartilha a ideia de direito à cidade, ao MDM acreditar que o debate deve pertencer somente aos moradores da região. A Associação Parque Minhocão acredita que o debate é produtivo e trabalham a ideia do direito à cidade através da ocupação do espaço público pela população.

Em suma, é perceptível um movimento de valorização na região do Minhocão, com uma gentrificação eminente, caso a situação atual permaneça, confirmada por moradores, movimentos e agentes do poder público, impulsionada em parte pelo fomento cultural. Apesar de já serem perceptíveis tendências em relação à gentrificação na região do entorno do elevado, por meio de entrevistas realizadas com os políticos e entrevistas concedidas a reportagens, o processo ocorrerá de forma gradual e longa, pois na fala de todos foi presente a ideia da necessidade da elaboração de um estudo técnico de ambas as possibilidades e a construção do projeto, independente de qual seja, por meio de uma desativação gradual em até 10 anos.

## 6. Conclusões e Expectativas Futuras

Este PIBIC consistiu em analisar como tem ocorrido as disputas materiais e simbólicas em torno das transformações do Minhocão, assim como seus impactos sociais e econômicos e o papel que a cultura ocupa neste processo de disputas e transformações. Para tal, foi realizado uma pesquisa principalmente qualitativa, por meio de entrevistas com moradores, atores de cada movimento e políticos, assim como visitas ao campo, no sentido de conseguir responder aos objetivos da pesquisa. Todavia vale ressaltar que a pesquisa carece de dados quantitativos para análise, e por isso, não é possível comprovar certas teorias como de *rent gap*, e deixando uma parte da compreensão da situação de lado. Ademais, a pesquisa contava com a realização de entrevistas com atores imobiliários, da produção cultural e moradores de rua, que devido ao tempo e acesso não foi possível realizar a contento, o que de certa forma, limitou a compreensão total da situação atual do entorno do Minhocão.

A previsão da desativação do elevado possibilitou a abertura do debate na sociedade em relação ao seu futuro, como parque ou desmonte. Apesar das tendências de gentrificação apresentadas e as diversas estratégias em relação ao futuro do Minhocão, ainda há muita indecisão em relação ao projeto de parque ou desmonte por parte do poder público, que indica que ainda será muito debatido entre as diferentes partes. Através do debate em relação ao destino do Minhocão, nota-se a falta de importância dada ao assunto da gentrificação, que apesar de comentada já por todas as partes do movimento e poder público, nenhuma ação é realizada ou pensada em relação a isso, assim como não se nota presente uma visão total de transformação do centro e da cidade como um todo.

Todavia, o processo possui um peso significativo para o direito à cidade e o debate sobre a temática em São Paulo, devido seu peso simbólico, de uma estrutura realizada de forma autoritária para sua decisão de projeto futuro debatido amplamente entre as diferentes partes. Nota-se existir uma forte tendência do poder público sobre o

futuro da via ser algo decidido por meio do debate, todavia, vale pontuar que as partes que detém maior volume de capital total tendem a possuir um peso maior na discussão e mais mecanismos para realizar pressão em prol de sua ideia, como exemplo, percebe-se que há claramente uma pressão do mercado em relação ao discurso gentrificador, dessa forma, apesar de existir um aspecto democrático por parte do poder público, essa ação possibilitará a concorrência entre grupos com forças desiguais, no qual os mais fracos tendem a perder.

## 7. Referências

ALESSANDRI, A; VOLOCHKO, D; ALVAREZ, I. *A cidade como negócio*. São Paulo, Editora Contexto, 2015.

ÁLVARO MAGALHÃES. *Minhocão volta ao centro do debate: paulistanos querem parque ou desmonte?* **R7**. São Paulo, p. 1-3. jan. 2015. Disponível em: <http://noticias.r7.com/sao-paulo/minhocao-volta-ao-centro-do-debate-paulistanos-querem-parque-ou-desmonte-25012015>. Acesso em: 14 março 2015

BALACO, R. GREGORIO, R. *Jovens Mudam a cara da Santa Cecilia que, vira 'bairro da moda'*. São Paulo, Folha de SP. Disponível em: <http://www1.folha.uol.com.br/saopaulo/2015/10/1689012-santa-cecilia-ve-mudanca-de-perfil-com-novas-atracoes-e-moradores-jovens.shtml>. Acesso em: 5 outubro 2015.

BEZERRA, Aline; CHAVES César. *Revitalização Urbana: Entendendo o processo de requalificação da paisagem*. CEDS n1 agosto dezembro. 2014.

BIELSCHOWSKY, P. *O capital enquanto relação social*. In: seminário de crítica da economia política, 2012, Teófilo Otoni. Seminário de crítica da economia política. Teófilo Otoni: UFVJM, 2012. v. 1.

BONI, V. QUARESMA, J. *Aprendendo a entrevistar: como fazer entrevistas em ciências sociais*. Em Tese (revista eletrônica), vol.2, p.68-80, 2005.

BOURDIEU, P. *A economia das trocas simbólicas*. Introdução, organização e seleção Sérgio Miceli. 5ª edição. São Paulo: Perspectiva, 2003.

BOURDIEU, P. *Espaço social e Poder Simbólico. Coisas Ditas*. São Paulo: Brasiliense, 1990.

CAMPOS, E. *Os pais de Barros e a imperial e a Imperial Cidade de São Paulo*. Disponível em: <http://www.arquiamigos.org.br/info/info16/i-estudos.htm>. Acesso em: 01 outubro 2015.

CATANI, A; PEREIRA, G. *Espaço Social e Espaço Simbólico: uma introdução a topologia Social*. Florianópolis, Perspectiva, vol.20, p.107-120, jul. /dez.2002

Centro de Imprensa Lopes. *Imóveis compactos são os mais buscados para aluguel em São Paulo*. 2014. Disponível em: <http://www.lopes.com.br/blog/mercado-imobiliario/estudos-e-pesquisas/imoveis-compactos-sao-os-mais-buscados-para-aluguel-em-sao-paulo/#axzz3sHEVSTIc> - Acesso 23/11/2015

CORREA, V. *No papel parque minhocão já atrai prédios*. 2014. Disponível em: <http://www1.folha.uol.com.br/cotidiano/2014/08/1508500-no-papel-parque-no-minhocao-ja-atrai-predios.shtml>. Acesso em: 18 novembro 2015

DURAN, Sabrina. ARQUITETURA DA GENTRIFICAÇÃO. Como não gentrificar? Uma tentativa de reflexão sobre processos e estruturas. Disponível em: <http://gentrificacao.reporterbrasil.org.br/blog/como-nao-gentrificar/>. Acesso em: 20 jun. 2016.

FIX, M. *São Paulo Cidade Global: Fundamentos financeiros de uma miragem*. São Paulo, Boitempo, 2007.

FORTES, Melissa; ANDRADE, Liza. *Requalificação Urbana Sustentável: Avaliação de Áreas Subutilizadas da Região da Luz*. São Paulo, 2008.

GONZALES, D. *Em 1993 a prefeita Erundina propôs a demolição do Minhocão*. São Paulo, Estadão. Disponível em: <http://sao-paulo.estadao.com.br/noticias/geral,em-1993-prefeita-erundina-propos-a-demolicao-do-minhocao-pela-1-vez,547904>. Acesso: 01 outubro 2015.

HARVEY, David. *Direito a Cidade*. n 53. New Left Review, 2008

HARVEY, D. *Cidades Rebeldes: Do direito a revolução à cidade à revolução urbana*. São Paulo, Martins Fontes, 2014.

JACOBS, J. *Morte e vida nas cidades*. São Paulo: Martins Fontes, 2003

MADDEN, D. *Gentrification doesn't trickle down to help everyone*. **The Guardian**. Londres, p. 1-3. dez. 2013. Disponível em: <http://www.theguardian.com/commentisfree/2013/oct/10/gentrification-not-urban-renaissance>. Acesso em: 14 março. 2015.

MICHAEL, C; BRAMLEY, L. *Spike Lee's gentrification rant transcript: 'Fort Greene park is like the Westminster dog show'*, 26/02/2014, Disponível em: <http://www.theguardian.com/cities/2014/feb/26/spike-lee-gentrification-rant-transcript>

MORENO, J. *O Futuro das Cidades*. São Paulo, Editora Senac São Paulo, 2002.

MORETTI, J. *Tradicional Bairro de Santa Cecilia ganha novos espaços culturais*. São Paulo, Veja São Paulo. Disponível em: <http://vejasp.abril.com.br/materia/santa-cecilia-espacos-cultura-design-gastronomia>. Acesso em: 05 outubro 2015.

PEREIRA, Álvaro Luis Dos Santos. A gentrificação e a hipótese do diferencial de renda: limites explicativos e diálogos possíveis. *Cadernos Metrópole*, São Paulo, v. 16, n. 32, p. 307-328, nov./jul. 2016. Disponível em: <http://dx.doi.org/10.1590/2236-9996.2014-3201>. Acesso em: 28 jun. 2016.

Portal Imobiliário VivaReal. *DADOS DO MERCADO IMOBILIÁRIO: 2014*

QUEIROZ, T. *Festival Baixo Centro reúne atrações no Minhocão*. São Paulo, R7. Disponível em: <http://noticias.r7.com/sao-paulo/noticias/festival-do-baixo-centro-reune-atracoes-no-minhocao-20120401.html>. Acesso em: 01 outubro 2015.

ROLNIK, R. *Lições do High Line Park*. São Paulo, Folha de SP, Disponível em: <http://www1.folha.uol.com.br/colunas/raquelrolnik/2015/11/1701192-licoes-do-high-line-park.shtml>. Acesso em: 5 novembro 2015.

ROLNIK, R. *O que é cidade*. São Paulo, Editora Brasiliense. Coleção Primeiros Passos 203, 1988.

SACONI, R. *Como era a cidade sem o Minhocão*. São Paulo, Estadão. Disponível em: <http://acervo.estadao.com.br/noticias/acervo,como-era-sao-paulo-sem-o-minhocao,9070,0.htm>. Acesso em: 25 setembro 2015

SALIBA, C; FRANCISCO, R; BRAGA, R. *Hegemonia às avessas*. São Paulo, Editora Boitempo, 2010.

SAMPAIO, L. *Paulistano Transforme minhocão em bulevar em 2012*. São Paulo, BOL UOL NOTÍCIAS. Disponível em: <http://noticias.bol.uol.com.br/brasil/2012/05/14/paulistano-transforma-minhocao-em-bulevar-em-2012.jhtm>. Acesso em: 18 novembro 2015.

SBEHGHEN, C. *Gentrificação: Os perigos da economia urbana hipster*. **Arch Daily**. São Paulo, p. 1-4. setembro 2014. Disponível em: <http://www.archdaily.com.br/br/758003/gentrificacao-os-perigos-da-economia-urbana-hipster>. Acesso em: 14 março. 2014.

SILVA, G. FERRETI, S. SETTE, E. *Gentrificação e Políticas de Revitalização nos Centros Históricos no Brasil: Processos que levam ao déficit habitacional*. São Luís, Revista de Políticas Públicas, v.12, n.2, p.83-91, jul./dez. 2008.

SIQUEIRA, Marina Toneli. Entre o fundamental e o contingente: dimensões da gentrificação contemporânea nas operações urbanas em São Paulo\*. *Cadernos Metrôpole*, São Paulo, v. 16, n. 32, p. 391-415, nov./jun. 2016. Disponível em: <http://dx.doi.org/10.1590/2236-9996.2014-3205> . Acesso em: 28 jan. 2016.

SMITH, Neil, *The New Urban Frontier*. London: Routledge, 2005

TAVARES, K. *Centros de Rio e SP em mutação*. Rio de Janeiro, O Globo. Disponível em: <http://oglobo.globo.com/economia/imoveis/centros-de-rio-sp-em-mutacao-14126716>. Acesso em: 18 novembro 2015.

VALENTE, E. *Arredores do metrô concentram demanda por imóveis*. São Paulo, Folha de SP. Disponível em: <http://www1.folha.uol.com.br/folha/classificados/imoveis/750190-arredores-do-metro-concentram-demanda-por-imoveis.shtml>. Acesso 23 novembro 2015

VALLE, C. *Ciclovía sobre o minhocão terá flores e iluminação reforçada: Prefeitura ainda estuda instalar equipamentos de ginástica sob elevado que corta a região central*. **O Estadão**. São Paulo, p. 1-2. jan. 2015. Disponível em: <http://sao-paulo.estadao.com.br/noticias/geral,cicloviasob-o-minhocao-tera-flores-e-iluminacao-reforcada,1627156>. Acesso em: 14 março. 2015.

VASQUES, D. *Centro Antigo de SP tem 18 lançamentos previstos; maioria é de compactos*. São Paulo, Folha de São Paulo. Disponível em: <http://classificados.folha.uol.com.br/imoveis/2014/06/1462972-centro-antigo-de-sp-tem-18-lancamentos-previstos-maioria-e-compacto.shtml>

VEIGA, E. *Prédios no minhocão devem ganhar até 40 jardins verticais*. São Paulo, Estadão. Disponível em: <http://sao-paulo.estadao.com.br/noticias/geral,predios-do-minhocao-devem-ganhar-ate-40-jardins-verticais,1779761>. Acesso em: 18 novembro 2015.



WHITACKER, J. *Maluf, o Minhocão e a gentrificação*. Disponível em: <http://cidadesparaquem.org/blog/2014/8/22/maluf-o-minhoco-e-a-gentrificao?rq=elevado%20costa%20e%20silva>. Acesso em: 01 out. 2015.